Informações Trimestrais – ITR´s

Alupar Investimento S.A.

30 de setembro de 2010

com Relatório de revisão dos Auditores Independentes

Alupar Investimento S.A.

Informações Trimestrais – ITR´s

30 de setembro de 2010

Índice

Relatório de revisão dos auditores independentes 1

Informações trimestrais

Balanços patrimoniais 3
Demonstrações do resultado 5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 7
Demonstrações dos fluxos de caixa 8
Demonstrações do valor adicionado 10
Notas explicativas às informações trimestrais 11
Relatório do desempenho do trimestre 58

ERNST & YOUNG TERCO

Condomínio São Luiz
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830
Torre I - 8º andar - Itaim Bibi
04543-900 - São Paulo, SP, Brasil

Tel.: (5511) 2573-3000
Fax: (5511) 2573-5780
www.ey.com.br

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Acionistas e Administradores da
Alupar Investimento S.A.
São Paulo – SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais – ITR, individuais e consolidadas, da Alupar Investimento S.A. e de suas controladas, referentes ao período de nove meses e trimestre findo em 30 de setembro de 2010, compreendendo os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido e do valor adicionado, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e suas controladas.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1, para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, durante o ano de 2009, foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº. 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais (ITR) utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou esses normativos com vigência para 2010. Conforme requerido pela citada Deliberação CVM nº 603/09, a Companhia divulgou esse fato na nota explicativa nº 2 às ITR e a descrição das principais alterações que poderão ter impacto sobre as suas demonstrações contábeis do encerramento do exercício e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado, como requerido pela Deliberação.

São Paulo, 08 de novembro de 2010.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3

Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-S-SP

Alupar Investimento S.A.

Balanços patrimoniais
30 de setembro de 2010 e 30 de junho de 2010
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**30/09/2010**	**30/06/2010**	**30/09/2010**	**30/06/2010**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	351.372	423.991	450.603	507.928
Contas a receber	5	-	-	87.920	79.619
Partes relacionadas	9	39.981	59.781	-	-
Impostos a recuperar	7	7.277	6.695	30.050	24.232
Devedores diversos	6	786	1.113	786	1.113
Adiantamento a fornecedores		1.751	34	14.495	29.550
Estoques	8	-	-	18.764	18.269
Despesas pagas antecipadamente		94	43	3.316	3.472
Cauções e depósitos judiciais	19	-	-	151	119
Outros Ativos		137	72	10.124	8.070
		401.398	**491.729**	**616.209**	**672.372**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	9	249.586	119.575	-	-
Impostos a recuperar	7	-	-	9.607	9.583
Depósitos judiciais	19	1.431	1.399	7.968	7.949
Créditos vinculados		-	-	15.143	14.359
Outros Ativos		-	3.472	-	3.472
		251.017	**124.446**	**32.718**	**35.363**
Permanente					
Investimentos	10	703.439	650.525	3.345	3.345
Imobilizado	11	1.452	1.403	3.765.064	3.647.824
Intangível	12	62.327	53.436	75.928	64.314
		767.218	**705.364**	**3.844.337**	**3.715.483**
Ativo total		**1.419.633**	**1.321.539**	**4.493.264**	**4.423.218**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Alupar Investimento S.A.

Balanços patrimoniais
30 de setembro de 2010 e 30 de junho de 2010
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**30/09/2010**	**30/06/2010**	**30/09/2010**	**30/06/2010**
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	119.956	28.952	279.341	272.468
Fornecedores		6.458	3.161	43.297	49.408
Salários, férias e encargos sociais		1.169	1.046	7.429	6.294
Contribuições e impostos a recolher	14	1.481	1.490	72.424	56.221
Dividendos declarados		-	-	50.884	75.306
Provisão para compensação ambiental	16	-	-	10.175	10.149
Taxas Regulamentares		-	-	20.061	19.009
Provisão para contingências	19	-	-	1.682	1.672
Outras Obrigações		148	152	9.292	2.265
		129.212	**34.801**	**494.585**	**492.792**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	279.647	312.103	2.055.667	2.060.851
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	22.260	21.300
Provisão para contingências	19	-	-	2.068	2.068
Adiantamento de clientes		-	-	3.424	4.559
Outras obrigações		-	-	7.556	5.493
		279.647	**312.103**	**2.090.975**	**2.094.271**
Participação de acionistas não controladores		-	-	**914.218**	**878.986**
Patrimônio líquido					
Capital social	17	804.001	804.001	804.001	804.001
Reservas de lucros		206.773	170.634	189.485	153.168
		1.010.774	**974.635**	**993.486**	**957.169**
Patrimônio líquido + partic. de acionistas não controladores		**1.010.774**	**974.635**	**1.907.704**	**1.836.155**
Passivo total		**1.419.633**	**1.321.539**	**4.493.264**	**4.423.218**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações dos resultados (Controladora)
Trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora			
		Valor do Trimestre Atual	Valor Acumulado do Atual Exercício	Valor do Igual Trimestre do Exercício Anterior	Valor Acumulado do Exercício Anterior
		01/07/2010 a 30/09/2010	01/01/2010 a 30/09/2010	01/07/2009 a 30/09/2009	01/01/2009 a 30/09/2009
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas e gerais		(4.030)	(8.813)	(11.235)	(15.750)
Pessoal		(1.725)	(4.980)	(1.025)	(3.408)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(1.089)	(3.800)	(893)	(3.744)
Despesas financeiras	18	(12.398)	(30.750)	(4.501)	(13.736)
Receitas financeiras	18	9.470	30.227	450	805
Equivalência patrimonial	10	39.728	108.245	40.333	119.085
		29.956	90.129	23.129	83.252
Resultado operacional		**29.956**	**90.129**	**23.129**	**83.252**
Outras receitas		6.197	6.259	5	8
Outras despesas		(14)	(45)	-	-
Outros resultados		6.183	6.214	5	8
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**36.139**	**96.343**	**23.134**	**83.260**
Lucro líquido antes da participação de acionistas não controladores		**36.139**	**96.343**	**23.134**	**83.260**
Lucro líquido do exercício		**36.139**	**96.343**	**23.134**	**83.260**
Lucro líquido por lote de mil ações		0,22	0,59	0,14	0,51
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		163.910	163.910	163.910	163.910

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações dos resultados (Consolidado)
Trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

		Valor do Trimestre Atual	Valor Acumulado do Atual Exercício	Valor do Igual Trimestre do Exercício Anterior	Valor Acumulado do Exercício Anterior
		01/07/2010 a 30/09/2010	01/01/2010 a 30/09/2010	01/07/2009 a 30/09/2009	01/01/2009 a 30/09/2009
Receita operacional bruta		**210.029**	**591.726**	**179.046**	**524.188**
Transmissão de energia		189.512	548.243	179.046	524.188
Venda de Energia		20.517	43.483	-	-
Deduções		**(17.665)**	**(44.986)**	**(13.190)**	**(38.604)**
Receita operacional líquida		**192.364**	**546.740**	**165.856**	**485.584**
Custo dos serviços prestados		(15.502)	(42.914)	(12.642)	(38.870)
Compra de Energia		(15.443)	(39.987)	-	-
Depreciação		(18.127)	(54.008)	(18.218)	(53.566)
		(49.072)	(136.909)	(30.860)	(92.436)
Lucro bruto		**143.292**	**409.831**	**134.996**	**393.148**
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas e gerais		(7.768)	(19.698)	(13.648)	(24.195)
Pessoal		(3.892)	(11.300)	(2.428)	(7.608)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(2.001)	(7.261)	(1.652)	(6.702)
Despesas financeiras	18	(41.844)	(127.186)	(27.618)	(82.391)
Receitas financeiras	18	14.232	42.657	2.889	9.827
		(41.273)	(122.788)	(42.457)	(111.069)
Resultado operacional		**102.019**	**287.043**	**92.539**	**282.079**
Outras receitas		5.009	6.299	427	6.245
Outras despesas		(4.229)	(6.890)	-	(1)
Outros resultados		780	(591)	427	6.244
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**102.799**	**286.452**	**92.966**	**288.323**
Imposto de renda e contribuição social		(18.434)	(51.010)	(17.107)	(49.578)
Lucro líquido antes da participação de acionistas não controladores		**84.365**	**235.442**	**75.859**	**238.745**
Participação de acionistas não controladores		(48.226)	(139.099)	(52.725)	(155.485)
Lucro líquido do exercício		**36.139**	**96.343**	**23.134**	**83.260**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Do Trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora				
		Reservas de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Trimestre Atual					
Saldo em 01 de julho de 2010	804.001	12.570	97.860	60.204	974.635
Lucro líquido do trimestre	-	-	-	36.139	36.139
Saldos em 30 de setembro de 2010	804.001	12.570	97.860	96.343	1.010.774
Período Atual					
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	804.001	12.570	97.860	-	914.431
Lucro líquido do período de nove meses	-	-	-	96.343	96.343
Saldos em 30 de setembro de 2010	804.001	12.570	97.860	96.343	1.010.774

	Consolidado				
		Reservas de lucros			
Trimestre Atual	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldo em 01 de julho de 2010	804.001	12.570	80.394	60.204	957.169
Realização de Lucro auferido pela controladora em transações com controladas	-	-	178	-	178
Lucro líquido do trimestre	-	-	-	36.139	36.139
Saldos em 30 de setembro de 2010	804.001	12.570	80.572	96.343	993.486
Período Atual					
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	804.001	12.570	80.040	-	896.611
Realização de Lucro auferido pela controladora em transações com controladas	-	-	532	-	532
Lucro líquido do semestre	-	-	-	96.343	96.343
Saldos em 30 de setembro de 2010	804.001	12.570	80.572	96.343	993.486

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Alupar Investimento S.A.

Demonstração do Fluxo de Caixa (Controladora)
Trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Controladora			
	Valor do Trimestre Atual	Valor Acumulado do Atual Exercício	Valor do Igual Trimestre do Exercício Anterior	Valor Acumulado do Exercício Anterior
	01/07/2010 a 30/09/2010	01/01/2010 a 30/09/2010	01/07/2009 a 30/09/2009	01/01/2009 a 30/09/2009
			(reclassificado)	(reclassificado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**36.139**	**96.343**	23.134	83.260
Itens que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e amortização	**105**	**293**	80	240
Equivalência patrimonial	**(39.727)**	**(108.245)**	(40.333)	(119.085)
Variações monetárias e cambiais líquidas	**11.557**	**30.148**	3.774	11.480
Baixas do ativo imobilizado e intangível	**1.664**	**1.664**	120	120
	9.738	**20.203**	(13.225)	(23.985)
(Aumento) redução no ativo				
Partes Relacionadas	**(143.013)**	**(242.002)**	(9.089)	(24.356)
Impostos a recuperar	**(582)**	**(552)**	1.271	1.037
Outros ativos circulantes	**(1.506)**	**(1.639)**	2.743	5.898
Outros realizáveis a longo prazo	**3.441**	**870**	(1.237)	(1.097)
	(141.660)	**(243.323)**	(6.312)	(18.518)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	**3.296**	**2.668**	8.618	9.512
Salários, férias e encargos sociais	**123**	**402**	79	164
Contribuições e impostos a recolher	**(9)**	**(1.785)**	62	119
Outros passivos circulantes	**(4)**	**7**	41	(138)
	3.406	**1.292**	8.800	9.657
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**(128.516)**	**(221.828)**	(10.737)	(32.846)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos realizados	**(13.189)**	**(19.040)**	9.025	13.539
Dividendos e JCP recebidos	**32.802**	**81.209**	21.558	63.497
Aplicações no imobilizado	**(141)**	**(172)**	(7)	(54)
Aplicações no intangível	**(10.568)**	**(23.723)**	(3.518)	(11.632)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	**8.904**	**38.274**	27.058	65.350
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital	-	-	400.000	400.000
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	-	**(29.101)**	(79.196)	(79.196)
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	**102.082**	**117.266**	174.328	294.678
Amortização e pagamento de juros do financiamento	**(55.090)**	**(74.299)**	(116.995)	(251.418)
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	**46.992**	**13.866**	378.137	364.064
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	**(72.620)**	**(169.688)**	394.458	396.568
Demonstração do aumento nas disponibilidades				
Saldo no início do período	**423.991**	**521.059**	6.818	4.708
Saldo no final do periodo	**351.371**	**351.371**	401.276	401.276
Aumento (redução) líquido nas disponibilidades	**(72.620)**	**(169.688)**	394.458	396.568

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Alupar Investimento S.A.

Demonstração do Fluxo de Caixa (Consolidado)
Trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Consolidado			
	Valor do Trimestre Atual	Valor Acumulado do Atual Exercício	Valor do Igual Trimestre do Exercício Anterior	Valor Acumulado do Exercício Anterior
	01/07/2010 a 30/09/2010	01/01/2010 a 30/09/2010	01/07/2009 a 30/09/2009 (reclassificado)	01/01/2009 a 30/09/2009 (reclassificado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	36.138	96.342	23.134	83.260
Itens que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e amortização	18.975	54.857	18.260	53.857
Variações monetárias e cambiais líquidas	41.099	124.172	25.606	77.136
Baixas do ativo imobilizado e intangível	1.828	2.072	854	854
Ajuste de participação de acionistas não controladores	48.226	139.099	52.725	155.485
	146.266	416.542	120.579	370.592
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber	(8.300)	(9.209)	(6.045)	(6.094)
Impostos a recuperar	(5.841)	(3.456)	(1.977)	(6.012)
Estoques	(495)	(1.736)	1.269	(157)
Outros ativos circulantes	13.453	(12.024)	(6.074)	(8.247)
Outros realizáveis a longo prazo	2.671	(1.585)	(15.626)	(16.266)
	1.488	(28.010)	(28.453)	(36.776)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	(6.112)	20.165	20.731	11.137
Contingências	100	100	(674)	-
Taxas Regulamentares	2.342	2.342	702	82
Salários, férias e encargos sociais	1.135	3.016	865	1.375
Contribuições e impostos a recolher	16.203	(4.402)	19.135	18.838
Outros passivos circulantes	11.615	10.896	6.743	(2.288)
Outros exigíveis a longo prazo	432	4.762	(5.322)	(4.158)
	25.715	36.879	42.180	24.986
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	173.469	425.411	134.306	358.802
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos realizados	-	-	-	(3.345)
Aplicações no imobilizado	(103.620)	(420.527)	(178.214)	(494.996)
Aplicações no intangível	(13.337)	(27.060)	(3.749)	(11.784)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	(116.957)	(447.587)	(181.963)	(510.125)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital	16.627	32.329	426.982	479.537
Reserva para reinvestimento	-		-	1.457
Adiantamento para futuro aumento de capital	(17.832)	(4.532)	-	-
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(36.177)	(134.929)	(97.925)	(147.599)
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	168.588	474.465	270.565	810.902
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(245.043)	(486.317)	(184.461)	(619.017)
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(113.837)	(118.984)	415.161	525.280
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	(57.325)	(141.160)	367.504	373.957
Demonstração do aumento nas disponibilidades				
Saldo no início do periodo	507.928	591.763	125.561	119.108
Saldo no final do periodo	450.603	450.603	493.065	493.065
Aumento (redução) líquido nas disponibilidades	(57.325)	(141.160)	367.504	373.957

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
Receitas				
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	591.726	524.188
Outras Receitas	6.250	8	6.299	6.245
	6.250	8	**598.025**	530.433
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de Terceiros	(6.793)	(12.523)	(39.422)	(40.491)
Materiais	(95)	(91)	(1.245)	(2.098)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(39.987)	-
Outros Custos Operacionais	(887)	(1.836)	(3.573)	(4.599)
	(7.775)	(14.450)	**(84.227)**	(47.188)
(-) Quotas de reintegração (depreciação)	**(293)**	(241)	**(54.857)**	(53.858)
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência Patrimonial	108.245	119.085	-	-
Receita Financeira	30.227	805	42.657	10.242
	138.472	119.890	**42.657**	10.242
Valor adicionado a distribuir	**136.654**	105.207	**501.598**	439.629
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração Direta	6.154	5.071	20.318	16.235
Benefícios	738	488	3.402	2.295
Auxílio Alimentação	178	122	805	585
Assistência Médica	224	121	1.346	922
Vale Transporte	15	11	30	12
Previdência Privada	180	165	602	459
Outros	141	69	619	317
F.G.T.S	429	363	1.320	959
	7.321	5.922	25.040	19.489
Impostos, Taxas e Contribuições				
Federais	**1.778**	1.864	**105.305**	96.250
INSS	1.460	1.175	4.767	3.776
Encargos do consumidor	-	-	21.478	20.493
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	51.010	49.577
PIS e COFINS	36	248	25.535	21.076
Contribuição Sindical	40	36	245	183
CIDE	32	151	32	151
IR S/ Remessa Exterior	43	215	43	215
Outros Impostos e Taxas	167	39	2.195	779
Estaduais	**3**	21	**747**	34
ICMS	-	21	714	1
IPVA	3	-	33	33
Municipais	**34**	21	**67**	56
IPTU	34	21	66	55
Taxa de Licenciamento	-	-	1	1
	1.815	1.906	106.119	96.340
Remuração de Capitais de Terceiros				
Juros e variações cambiais	29.703	11.492	118.906	78.598
Aluguéis	425	383	3.367	2.876
Outras despesas financeiras	1.047	2.244	12.724	3.581
	31.175	14.119	**134.997**	85.055
Remuneração de Capitais Próprios				
Reservas de lucros	96.343	83.260	96.343	238.745
Participação de acionistas não controladores	-	-	139.099	-
	96.343	83.260	**235.442**	238.745
	136.654	105.207	**501.598**	439.629
Valor adicionado médio por empregado	**2.040**	2.505	**1.572**	1.945

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais 30 de junho de 2010
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Alupar Investimento S.A., "Companhia ou Alupar", constituída em 27 de setembro de 2006, tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infra-estrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infra-estrutura.

A Alupar participa em 5 empresas geradoras e 17 empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, estando ainda, no aguardo das autorizações dos Órgãos Reguladores do Setor Elétrico no Chile, para obter o controle acionário mediante compra da participação acionária da Guarupart Participações Ltda. em mais 1 empresa de transmissão (vide nota explicativa n. 3).

2. Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas Contábeis aplicáveis às Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica.

Mudanças nas práticas contábeis e divulgações requeridas

Durante o ano de 2009 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou diversos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações cuja vigência está alinhada com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, com requerimento de que as Companhias efetuem reapresentação das demonstrações financeiras do exercício comparativo.

A deliberação CVM n.º 603, de 10 de dezembro de 2009, facultou às companhias abertas apresentarem as informações trimestrais (ITR) durante o exercício de 2010, conforme as normas vigentes até 31 de dezembro de 2009.

2. Apresentação das informações trimestrais--Continuação

A Companhia poderia ter antecipado para o trimestre findo em 30 de setembro de 2010 a adoção dos pronunciamentos cuja adoção é mandatória para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, desde que em sua totalidade. A Companhia decidiu por não exercer essa faculdade, e no seu melhor julgamento, apresenta abaixo um breve descritivo das possíveis alterações relevantes nas práticas contábeis anteriormente adotadas.

Os CPCs que poderão ser aplicáveis à Companhia e as suas controladas, considerando suas operações, são:

CPC	Título
17	Contratos de Construção
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
22	Informações por Segmento
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a Empregados
36	Demonstrações Contábeis Consolidadas
37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40
ICPC 01	Contratos de Concessão
ICPC 08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
ICPC 10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade de Investimento

2. Apresentação das informações trimestrais--Continuação

A Administração da Companhia e de suas controladas está analisando os impactos decorrentes da aplicação desses novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, e ressalta que a forma de registro das concessões poderá ser substancialmente alterada pela ICPC 01 - Contratos de Concessão bem como os temas vinculados a reconhecimento de receita e contratos de construção.

A Companhia tem participado de discussões e debates em diversos fóruns sobre a aplicação da referida interpretação, mas considerando a complexidade das alterações, a companhia entende que não é possível, no momento, calcular com segurança os potenciais impactos da adoção da ICPC 01.

Estas informações trimestrais foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009 e com as ITRs de 30 de setembro de 2009, e devem ser lidas em conjunto com as mesmas.

As Demonstrações de Fluxos de Caixa – DFC´s relativas ao período findo em 30 de setembro de 2009 contemplam algumas reclassificações de valores, para uma adequada apresentação quando da comparação das mesmas com às informações do trimestre atual.

A administração da companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações trimestrais em 25 de outubro de 2010. De acordo com a deliberação CVM n.º 505, de 19 de junho de 2006, eventos subseqüentes ocorridos até a data de autorização de sua conclusão devem ser divulgados e, se necessário, ajustados nas mesmas.

3. Informações trimestrais consolidadas

A conciliação do resultado do trimestre e do patrimônio líquido está demonstrada a seguir:

	Patrimônio Líquido	
	30/09/2010	30/06/2010
Controladora	1.010.774	974.635
Eliminação de lucro auferido pela controladora em transações com controlada, líquido de imposto de renda e contribuição social (*)	(18.708)	(18.708)
Realização do lucro auferido pela controladora em transações com controladas	1.420	1.242
Consolidado	993.486	957.169

(*) A realização deste valor ocorre de acordo com a amortização dos ágios registrados na controlada EATE, a qual é calculada pelo prazo de concessão aprovado pela Aneel.

3. Informações trimestrais consolidadas--Continuação

As Informações Trimestrais consolidadas em 30 de setembro de 2010 incluem as demonstrações contábeis das seguintes sociedades:

	% de Participação total		
	Direto	Indireto	Controle
Sociedades consolidadas (c)			
Alupar Inversiones Peru	100,00	-	Integral
Transminas Holding S.A.	70,02	-	Integral
Companhia Transleste de Transmissão (a)	-	41,00	Integral
Companhia Transirapé de Transmissão (a)	-	41,00	Integral
Companhia Transudeste de Transmissão	-	41,00	Conjunto
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE (b)	38,01	-	Integral
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	15,00	80,00	Integral
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC	20,00	80,00	Integral
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE	-	51,00	Integral
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. – STN	51,00	-	Integral
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES	100,00	-	Integral
Foz do Rio Claro Energia S.A.	50,01	-	Integral
Ijuí Energia S.A.	50,01	-	Integral
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP (b)	41,52	-	Integral
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE	-	100,00	Integral
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE (b)	50,01	-	Integral
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE (b)	50,01	-	Integral
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE	40,01	-	Conjunto
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (b)	25,01	-	Integral
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (b)	25,01	-	Integral
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	60,00	-	Integral
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. – TME	46,00	-	-
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A - ETVG	100,00	-	Integral
Ferreira Gomes Energia S.A	100,00	-	Integral

(a) A Companhia possui o controle em função de acordo de acionista onde existe a condição de voto em bloco.
(b) A Companhia possui o controle em função de possuir mais de 50% das ações com direito a voto.
(c) Todas essas Companhias tiveram suas demonstrações contábeis revisadas pela Ernst & Young.

3. **Informações trimestrais consolidadas**--Continuação

As atividades das sociedades integrantes das informações trimestrais consolidadas compreendem, basicamente, a prestação de serviços na transmissão e geração de energia elétrica, como segue:

	Constituída em	Contrato de concessão	concessão em anos	Permitida - RAP 2010/2011
Holdings:				
Alupar Inversiones Perú S.A.C.	16/12/2009	-	-	-
Transminas Holding S.A.	27/09/2006	-	-	-
Transmissoras de energia:				
Companhia Transleste de Transmissão	28/10/2003	009/2004	30	25.799
Companhia Transirapé de Transmissão	06/12/2004	012/2005	30	13.722
Companhia Transudeste de Transmissão	25/10/2004	005/2005	30	15.990
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	23/03/2001	042/2001	30	279.352
Lumitrans- Companhia Transmissora de Energia Elétrica	29/12/2003	007/2004	30	16.830
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC	02/12/2005	006/2006	30	25.982
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE (a)	30/07/2008	011/2008	30	28.724
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. -STN	27/10/2003	005/2004	30	113.885
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP	23/03/2001	043/2001	30	63.649
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE (a)	22/06/2009	025/2009	30	8.798
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	30/09/2002	085/2002	30	142.335
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE	30/09/2002	083/2002	30	31.981
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE	08/08/2000	088/2000	30	61.695
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	19/12/2006	006/2007	30	10.314
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. – TME (a)	02/07/2009	023/2009	30	29.088
Empresa de Transmissão de energia do Mato grosso S/A - ETEM	20/01/2010	005/2010	30	8.752
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A - ETVG	20/07/2010	001/2010	30	-
Geração de energia:				
Foz do Rio Claro Energia S.A. (a)	16/01/2006	005/2006	35	-
Ijuí Energia S.A. (a)	16/01/2006	006/2006	35	-
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (a)	23/08/2004	(b)	30	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (a)	23/08/2004	(b)	30	-
Ferreira Gomes Energia S.A	10/08/2010	003/2010	30	-

(a) Companhias em fase pré-operacional cujo cronograma de construção prevê a entrada da operação comercial entre abril de 2010 e novembro de 2011.

(b) As Pequenas Centrais Hidrelétricas foram autorizadas à exploração dos empreendimentos mediante Resoluções ANEEL nº 138/2004 e 139/2004.

3. **Informações trimestrais consolidadas**--Continuação

- As Companhias transmissoras de energia foram constituídas com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objetos sociais planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Por tratar-se de concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

  Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão são realizados por terceiros, sob a supervisão e fiscalização de cada Companhia, exceto nas empresas STC e ETES, cuja operação e manutenção do sistema são realizados por pessoal próprio.

  De acordo com os Contratos de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial, a Receita Anual Permitida – RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão para todas controladas, exceto para as empresas EBTE, TME, ESDE, ETEM e ETVG cujos contratos prevêem revisões periódicas da RAP, em intervalos de 5 (cinco) anos, contados a partir do primeiro mês de julho subseqüente à assinatura do contrato de concessão, sendo que para as revisões previstas no 5º, 10º e 15º ano do período de concessão, será recalculado o custo de capital de terceiros.

- As Companhias geradoras de energia são empresas com propósito específico, cujo principal objetivo é a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica e foram constituídas da seguinte forma:

  - Usinas Hidrelétricas - UHEs - empreendimentos cuja potência instalada é superior a 30MW, que é o caso da Foz do Rio Claro Energia S.A., Ijuí Energia S.A. e Ferreira Gomes S.A.; e

  - Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs - empreendimentos cuja potência instalada é no máximo até 30MW, que é o caso da Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. e da Usina Paulista Queluz Energia S.A.

  Os principais saldos integrais das informações trimestrais das controladas em conjunto em 2010 e em 2009 cuja consolidação foi efetuada proporcionalmente são como segue:

3. **Informações trimestrais consolidadas**--Continuação

- ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

	30/09/2010	30/06/2010
Ativo		
Circulante	**13.487**	12.522
Não circulante	**128.588**	129.572
Total do ativo	**142.075**	142.094
Passivo		
Circulante	**33.243**	36.968
Não circulante	**40.307**	43.374
Patrimônio líquido	**68.525**	61.752
Total do passivo	**142.075**	142.094

	30/09/2010	30/06/2010
Demonstrações de resultados		
Receita bruta dos serviços prestados	**45.033**	29.609
Deduções da receita	**(3.188)**	(2.096)
Receita líquida	**41.845**	27.513
Custos dos serviços prestados	**(5.462)**	(3.567)
Lucro bruto	**36.383**	23.947
Despesas gerais e administrativas	**(1.298)**	(888)
Resultado financeiro líquido	**(5.622)**	(3.882)
Lucro operacional	**29.463**	19.177
Imposto de renda e contribuição social	**(10.188)**	(6.674)
Lucro líquido do Período	**19.275**	**12.503**

3. **Informações trimestrais consolidadas**--Continuação

- Companhia Transudeste de Transmissão

	30/09/2010	30/06/2010
Ativo		
Circulante	**3.208**	2.979
Não circulante	**78.090**	78.227
Total do ativo	**81.298**	81.206
Passivo		
Circulante	**9.410**	10.048
Não circulante	**32.701**	33.987
Patrimônio líquido	**39.187**	37.171
Total do passivo	**81.298**	81.206

	30/09/2010	30/06/2010
Demonstrações de resultados		
Receita bruta dos serviços prestados	**11.663**	7.666
Deduções da receita	**(825)**	(540)
Receita líquida	**10.838**	7.126
Custos dos serviços prestados	**(2.590)**	(1.692)
Lucro bruto	**8.248**	5.434
Despesas gerais e administrativas	**(367)**	(244)
Resultado financeiro, líquido.	**(2.610)**	(2.105)
Outros	**-**	-
Lucro operacional	**5.272**	3.085
Imposto de renda e contribuição social	**(473)**	(302)
Lucro líquido do Período	**4.799**	2.783

3. Informações trimestrais consolidadas--Continuação

- Transmissora Matogrossense de Energia S.A. – TME

	30/09/2010	30/06/2010
Ativo		
Circulante	**15.406**	10.572
Não circulante	**35.485**	4.669
Total do ativo	**50.891**	15.241
Passivo		
Circulante	**14.390**	215
Não circulante	-	1.000
Patrimônio líquido	**36.501**	14.026
Total do passivo	**50.891**	15.241

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2010	30/06/2010	30/09/2010	30/06/2010
Caixa	**23**	23	**65**	40
Bancos - Depósitos a vista	**8.281**	662	**30.000**	24.746
Aplicações financeiras	**343.068**	423.306	**420.538**	483.142
	351.372	423.991	**450.603**	507.928

O caixa compreende numerário disponível em mãos e depósitos bancários disponíveis; equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valores de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 97,8% e 107,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são consideradas instrumentos financeiros a valor justo através do resultado.

5. Contas a receber - Consolidado

	30/09/2010	30/06/2010
Encargos de uso de transmissão faturados, a receber	**87.920**	79.619

As contas a receber incluem os valores faturados e ainda não recebidos até a data das informações trimestrais. Praticamente todas as contas a receber em 30 de setembro de 2010, possuíam vencimento inferior a 30 dias, não tendo sido aplicável ajuste a valor presente.

6. Devedores diversos - Controladora

	30/09/2010	30/06/2010
TL Investimentos em Sistema de Transmissão Ltda.	**786**	1.113

Em 2 de abril de 2008, foi firmado o contrato de compra e venda de ações entre a Alupar Investimento S.A. (vendedora) e a TL Investimentos em Sistema de Transmissão Ltda. (compradora), cujo objeto é a venda de 13.450.000 ações ordinárias da Transminas Holding S.A., as quais correspondem a 29,98% das ações ordinárias detidas pela Alupar no capital da Transminas.

Em virtude da aquisição, a compradora pagará à vendedora o valor global de R$ 14.068, a ser pago em parcelas conforme o contrato. O valor residual vem sendo corrigido pelo IGP-M. O recebimento de tal valor está condicionado à distribuição de dividendos pela Transminas Holding, o qual será diretamente pago à Alupar até a liquidação do saldo devedor.

As ações foram transferidas na sede da Transminas na data da assinatura do contrato, mediante penhor da totalidade das ações, constituído pela compradora em favor da vendedora. Referido penhor permanecerá válido até a liquidação final do saldo devedor, conforme descrito no parágrafo anterior.

7. Impostos a recuperar

Por força de determinações legais, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto sofreram as retenções e/ou procederam as antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições. Os saldos finais consolidados estão assim distribuídos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2010	30/06/2010	**30/09/2010**	30/06/2010
Impostos a recuperar				
Circulante				
IRRF	**4.510**	3.199	**10.651**	8.659
IRPJ	-	-	**3.818**	2.888
CSLL	-	-	**7.233**	5.677
PIS	**14**	13	**1.334**	1.144
COFINS	**64**	58	**85**	-
INSS	-	-	**300**	1
Saldo Negativo - IRPJ	**2.689**	3.426	**3.820**	4.566
Outros	-	-	**2.809**	1.297
	7.277	6.696	**30.050**	24.232
Não circulante				
COFINS	-	-	7.363	7.363
PIS	-	-	1.590	1.590
Base Negativa – IRPJ	-	-	257	257
Base Negativa – CSLL	-	-	101	101
IRPJ Diferido	-	-	127	106
CSLL Diferido	-	-	57	54
INSS	-	-	112	112
	-	-	**9.607**	9.583
Total	**7.277**	6.696	**39.657**	33.815

8. Estoques - Consolidado

	30/09/2010	**30/06/2010**
Material de almoxarifado	**18.764**	**18.269**

Os materiais em estoque são avaliados e registrados pelo custo de aquisição que não excedem o valor de reposição e compreendem, basicamente, peças destinadas a manutenções das linhas de transmissões.

9. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2010 e 30 de junho de 2010, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com: sua controladora, controladas, controladas em conjunto, profissionais-chaves da administração e outras partes relacionadas.

Todas as transações foram realizadas nas condições usuais de mercado e podem ser assim demonstradas:

a) Saldos entre a Controladora e Controladas:

	Controladora	
	30/09/2010	30/06/2010
Ativo Circulante	**39.981**	59.781
Dividendos a receber	**28.866**	47.981
Transminas Hoding S.A.	350	1.856
EATE	12.000	20.734
ENTE	5.556	10.683
ERTE	5.946	6.596
ETEP	-	15
ECTE	3.600	6.684
STN	-	-
LUMITRANS	737	737
STC	676	676
Juros sobre capital próprio	**11.115**	11.800
EATE	6.938	6.938
ENTE	2.976	2.976
ETEP	-	685
ECTE	1.201	1.201
Não Circulante	**249.586**	119.575
Adiant. p/ futuro aumento de Capi	**249.586**	119.575
Transminas Holding S.A.	-	-
IJUI	149.550	69.350
FOZ DO RIO CLARO	60.350	12.550
ETES	6.086	6.086
STC	7.000	7.000
Lumitrans	3.500	3.500
Alupar Inversiones Peru	311	397
Lavrinhas	8.886	8.101
Queluz	13.383	12.591
Ferreira Gomes	521	-

9. **Partes relacionadas**--Continuação

Garantias

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Data de Início do Contrato	Data de Encerramento do Contrato	Valor Atual
04/12/2007	Conselho de Administração	STC	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	123.471	28/12/2007	15/04/2022	46.455
11/02/2008	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	201.630	09/04/2008	15/07/2026	234.607
11/02/2008	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	168.200	09/04/2008	15/07/2026	187.868
14/07/2008	Conselho de Administração	Queluz e Lavrinhas	Alupar	Empréstimos Ponte	até 52.000	5.500	21/07/2008	14/06/2010	24.790
13/10/2008	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Empréstimos Ponte	até 112.000	19.000	01/02/2010	26/05/2010	-
13/10/2008	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Empréstimos Ponte	até 65.000	52.873	07/01/2010	31/05/2010	-
17/11/2008	-	ETES	Alupar	Cédula de Crédito Bancário	até 8.000	6.000	17/11/2008	12/07/2010	-
18/11/2008	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Compra e Venda de Energia	Entrega de cartas de garantia para fins de cumprimento das obrigações	14.578	18/12/2009	30/06/2010	-
18/11/2008	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Compra e Venda de Energia	Entrega de cartas de garantia para fins de cumprimento das obrigações	9.185	18/12/2009	31/07/2010	-
01/02/2008	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	114.647	11/03/2009	15/06/2024	127.516
01/02/2008	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	111.185	11/03/2009	15/08/2024	123.251
15/12/2008	Assembléia Geral	STN	Alupar	Financiamento - BNB	Penhor de ações	299.995	25/06/2004	28/06/2024	242.539
16/03/2009	Conselho de Administração	ETES	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.714	04/05/2009	15/09/2023	26.427
01/12/2009	Reunião de Sócios	Alupar	Guarupart	Financiamento - FINEP	Fiança	72.841	17/12/2009	15/05/2018	16.161
22/12/2009	Conselho de Administração	ETES	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	17.338	29/12/2009	15/10/2019	-
23/12/2009	Conselho de Administração	EATE	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	19.957	29/12/2009	15/12/2015	18.536
23/12/2009	Conselho de Administração	EBTE	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	165.150	28/12/2009	15/11/2024	146.657

9. **Partes relacionadas**--Continuação

Outros contratos

A Companhia e as suas controladas e controladas em conjunto poderão celebrar contratos de engenharia e construção com outras empresas do Grupo Alusa. Todavia, até a presente data, a Companhia que não é signatária de nenhum contrato com suas Partes Relacionadas, detém em seus atos societários os seguintes mecanismos para tal espécie de contratação:

- O Conselho de Administração instituiu o comitê de contratação de partes relacionadas, cuja função é elaboração de opinião sobre a celebração de contrato com partes relacionadas. Compete ao comitê de contratação de partes relacionadas manifestar sobre a celebração de todo e qualquer contrato entre a Companhia e suas controladas/coligadas, seus membros da administração, seu Acionista Controlador, e, ainda, a Companhia e sociedades controladas e coligadas dos administradores e do Acionista Controlador, assim como, com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre o mesmo grupo de fato ou de direito, sempre que for atingido num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R$200 ou valor igual ou superior a 1% sobre o patrimônio líquido da Companhia, considerando-se aquele que for maior.

- O Estatuto Social da Companhia, em seu artigo 17, parágrafo 3º, prevê que a deliberação sobre a celebração, ou rescisão de contratos e obrigações de qualquer natureza entre a Alupar e quaisquer dos administradores e/ou acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como outras sociedades nas quais os administradores e/ou o acionista controlador tenham interesse, que venham a envolver valores substanciais, assim entendidos aqueles que ultrapassem 5% (cinco por cento) do total de ativos da Alupar dependerá da aprovação da maioria de votos dos membros do Conselho de Administração, com pelo menos o voto favorável de um conselheiro independente.

Em todos os casos em que as nossas controladas celebraram, ou possam vir a celebrar, contratos com partes relacionadas, além de sempre ser necessária a anuência prévia da ANEEL, necessariamente serão atendidos os preços e condições usuais de mercado.

9. **Partes relacionadas**--Continuação

a) Saldo e transações com outras partes relacionadas:

Em 30 de setembro de 2010, a Companhia e suas controladas ou controladas em conjunto atualmente detém os seguintes contratos envolvendo Partes Relacionadas:

Contratante	Contratada	Natureza	Valor	Data Inicial	Prazo para Conclusão das Obras	Saldo no passivo em 30/09/2010
Lavrinhas	Alusa	Contrato de EPC	133.800	31/03/2007	2010	446
Queluz	Alusa	Contrato de EPC	137.900	31/03/2007	2010	-
Foz do Rio Claro	Alusa	Contrato de Engenharia do Proprietário	4.800	24/03/2008	2010	102
Ijui	Alusa	Contrato de EPC	31.400	04/05/2009	2011	447

Contratos da Queluz e Lavrinhas

Os Contratos de EPC, envolvendo as empresas Alusa Engenharia, Lavrinhas e Queluz foram celebrados quando ainda não havia relação jurídica envolvendo Partes Relacionadas. Isso porque o ingresso da Companhia como acionista de Queluz e Lavrinhas ocorreu através de realização de uma Assembléia Geral Extraordinária datada de 18 de setembro de 2007 e tais contratos foram celebrados em 31 de março de 2007.

Contrato da Ijui

Em relação ao contrato de EPC, celebrado entre Alusa Engenharia e Ijuí, esclarecemos que tal contratação ocorreu em virtude da rescisão do contrato que nossa controlada detinha com a Conpasul Construção e Serviços Ltda. A rescisão motivou-se pelo atraso no cronograma das obras, gerados principalmente por problemas gerenciais da contratada. Rescindido o contrato, a Ijuí consultou outras construtoras, sendo que algumas delas não mostraram interesse em assumir a obra e outras pediram prazo de aproximadamente 60 dias para a apresentação de cotações. Diante dos atrasos e do impacto já causado na conclusão da obra e considerando-se que a Alusa Engenharia já realizava os trabalhos de engenharia do proprietário, a Ijuí optou por submeter tal contratação ao seu Conselho de Administração, a qual foi devidamente aprovada.

Referida deliberação estava sujeita a veto do FI-FGTS, nos termos do Acordo de Acionistas celebrado em 05 de setembro de 2009.

9. **Partes relacionadas**--Continuação

Em relação aos demais contratos, esclarecemos que nossas controladas adotaram as medidas necessárias para a averiguação de sua compatibilidade com os preços de mercado, de forma que consultaram concorrentes da Alusa Engenharia à época da contratação

b) Remuneração dos administradores da companhia - controladora

De acordo com o nosso Estatuto Social, a Assembléia Geral de Acionistas define uma remuneração global aos membros de nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria, assim como dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, em decorrência do exercício de suas funções. Caberá ao nosso Conselho de Administração a distribuição da remuneração global fixada pela Assembléia Geral, a serem pagos aos seus membros e aos membros de nossa Diretoria.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas. A política de remuneração da Companhia manteve-se consistente nos últimos três exercícios sociais.

Em Assembléia Geral realizada em 15 de abril de 2010, nossos acionistas aprovaram o valor de até R$ 5.830, para remuneração global dos membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria para o exercício de 2010.

10. Investimentos

a) Movimentação do trimestre

	Saldo em 01/07/2010	Adições/ (Baixas)	Equivalência Patrimonial	Saldo em 30/09/2010
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial				
Transminas Holding S.A.	40.571	(2.486)	1.966	**40.051**
EATE	152.940	9.127	15.775	**177.842**
ENTE	95.960	-	9.994	**105.954**
ECTE	24.708	-	2.710	**27.418**
ERTE	16.378	-	1.783	**18.161**
ETEP	43.115	88	3.846	**47.049**
STN	128.517	(9.209)	6.961	**126.268**
STC	12.658	-	345	**13.003**
Lumitrans	4.435	-	123	**4.558**
ETES	20.521	-	946	**21.468**
TME	5.115	11.675	-	**16.790**
Foz do Rio Claro Energia	41.453	-	(2.008)	**39.445**
Ijuí Energia	37.347	-	(2.316)	**35.031**
ETEM	1.201	3.600	-	**4.801**
Alupar Inversiones Peru	-	390	(337)	**53**
Queluz	11.300	-	(60)	**11.240**
Lavrinhas	10.959	-	-	**10.959**
ETVG	-	1	-	**1**
Ferreira Gomes	-	1	-	**1**
	647.179	13.187	39.728	**700.093**
Terrenos	3.345	-	-	**3.345**
Outros	1	-	-	**1**
	3.346	-	-	**3.346**
	650.525	13.187	39.728	**703.439**

10. **Investimentos**--Continuação

b) Informações das investidas:

Os investimentos em controladas e controladas em conjunto estão representados por:

30/09/2010								
Dados das Controladas/Coligadas				Quantidade de Ações ou cotas possuidas			Participação da Alupar	
Empresas	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Patrimônio líquido	Resultado do período	Ordinárias	Preferenciais	Total	no capital social	no patrimônio líquido
Transminas	44.860.000	57.200	7.068	31.409.499	499	31.409.998	70,02%	40.051
EATE	180.000.010	467.873	110.873	46.020.150	22.399.128	68.419.278	38,01%	177.842
ECTE	42.095.000	68.525	19.275	16.843.146	-	16.843.146	40,01%	27.418
ENTE	100.840.000	211.861	54.171	50.431.144	-	50.431.144	50,01%	105.954
ERTE	23.400.000	36.313	10.268	11.703.144	-	11.703.144	50,01%	18.161
ETEP	45.000.010	113.330	26.614	13.505.150	5.176.669	18.681.819	41,52%	47.049
STN	198.000.000	247.584	38.315	100.979.997	-	100.979.997	51,00%	126.268
STC	61.360.000	65.014	3.474	12.272.000	-	12.272.000	20,00%	13.003
Lumitrans	28.070.000	30.390	2.019	4.210.292	-	4.210.292	15,00%	4.558
Foz do Rio Claro	82.000.000	78.875	(3.125)	41.008.194	-	41.008.194	50,01%	39.445
Ijuí	84.100.000	70.048	(14.052)	42.058.404	-	42.058.404	50,01%	35.031
Queluz	45.182.135	44.944	(238)	11.300.318	-	11.300.318	25,01%	11.240
Lavrinhas	43.817.126	43.817	-	10.959.036	-	10.959.036	25,01%	10.959
ETES	20.978.000	21.468	943	20.977.997	-	20.977.997	100,00%	21.468
TME	36.501.000	36.501	-	16.790.259	-	16.790.259	46,00%	16.790
ETEM	8.001.000	8.001	-	4.800.598	-	4.800.598	60,00%	4.801
Alupar Peru	1.000	53	(339)	999	-	999	100,00%	53
ETVG	1.000	1	-	999	-	999	99,99%	1
Ferreira Gomes	1.000	1	-	999	-	999	99,99%	1
Total								**700.093**

30/06/2010								
Dados das Controladas/Coligadas				Quantidade de Ações ou cotas possuidas			Participação da Alupar	
Empresas	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Patrimônio líquido	Resultado do período	Ordinárias	Preferenciais	Total	no capital social	no patrimônio líquido
Transminas	44.860.000	57.942	4.260	31.409.499	499	31.409.998	70,02%	40.571
EATE	180.000.010	426.370	69.370	46.020.150	18.546.130	64.566.280	35,87%	152.940
ECTE	42.095.000	61.752	12.502	16.843.146		16.843.146	40,01%	24.708
ENTE	100.840.000	191.878	34.188	50.431.144		50.431.144	50,01%	95.960
ERTE	23.400.000	32.748	6.703	11.703.144		11.703.144	50,01%	16.378
ETEP	45.000.010	107.217	17.351	13.505.150	4.590.435	18.095.585	40,21%	43.115
STN	198.000.000	251.994	24.669	100.979.997		100.979.997	51,00%	128.517
STC	61.360.000	63.288	1.747	12.272.000		12.272.000	20,00%	12.658
Lumitrans	28.070.000	29.570	1.199	4.210.292		4.210.292	15,00%	4.435
Foz do Rio Claro	82.000.000	82.890	890	41.008.194		41.008.194	50,01%	41.453
Ijuí	84.100.000	74.680	(9.420)	42.058.404		42.058.404	50,01%	37.347
Queluz	45.182.135	45.182	-	11.300.318		11.300.318	25,01%	11.300
Lavrinhas	43.817.126	43.817	-	10.959.036		10.959.036	25,01%	10.959
ETES	20.978.000	20.521	(3)	20.977.997		20.977.997	100,00%	20.521
TME	14.026.050	14.026		5.115.309		5.115.309	36,47%	5.115
ETEM	2.001.000	2.001	-	1.200.598		1.200.598	60,00%	1.201
Alupar Peru	1.000	(164)	(167)	999		999	99,00%	-
Total								**647.179**

11. Imobilizado - Consolidado

a) Composição:

	Taxas anuais de depreciação	30/09/2010	30/06/2010
Em serviço			
Custo		**2.558.200**	**2.552.774**
Transmissão		**2.555.146**	**2.524.525**
Terrenos	-	561	561
Edificações	4%	15.674	15.355
Máquinas e Equipamentos	2,5 a 10%	2.535.811	2.505.794
Veículos	20%	2.207	1.986
Móveis e utensílios	10%	893	829
Administração	10%	3.054	28.249
(-) Depreciação acumulada		**(395.442)**	**(376.590)**
Transmissão		**(394.466)**	**(376.002)**
Edificações		(2.638)	(2.486)
Máquinas e equipamentos		(390.689)	(372.414)
Veículos		(878)	(865)
Móveis e utensílios		(261)	(237)
Administração		(976)	(588)
Total em Serviço		**2.162.758**	**2.176.184**
Em curso			
Transmissão		**417.618**	**385.124**
Terreno		149	-
Edificações		222	127
Máquinas e Equipamentos		296.837	278.972
Veículos		311	552
Móveis e Utensílios		180	278
Transformação, fabricação e reparo de materiais		1.113	1.113
Materiais em Depósito		74.393	57.395
Compra em Andamento e Adiantamento de Fornecedores		19.106	6.150
A ratear		21.875	37.356
Estudos de Projetos		300	-
Depósitos Judiciais		3.132	3.181
Geração		1.155.822	1.086.465
Administração		28.866	51
Total em curso		**1.602.306**	**1.471.640**
Total imobilizado		**3.765.064**	**3.647.824**

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos a depreciação acumulada.

11. Imobilizado – Consolidado--Continuação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), conforme determina a Portaria DNAEE n° 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução ANEEL n° 015, de 29 de dezembro de 1997, as quais foram revogadas a partir de 26 de junho de 2009, com a publicação da Resolução ANEEL nº 367 de 2 de junho de 2009, que criou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. As taxas anuais de depreciação vigentes a partir da publicação da Resolução nº 367, estão determinadas na tabela anexa ao MCSPE.

12. Intangível – Consolidado

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os projetos de UHE´s, PCH, Usinas Eólicas, entre outros, compostos como segue:

a) Composição:

	Taxas anuais de Amortização	30/09/2010	30/06/2010
Em serviço			
Custo		**20.925**	**18.849**
Transmissão		**10.589**	**10.231**
Servidões	-	6.674	6.340
Softwares	10% a 20%	3.106	3.082
Outros	10%	809	809
Administração		**10.336**	**8.618**
Ágio na aquisição de ações		8.157	8.157
Outros		2.179	461
(-) Amortização acumulada		**(4.044)**	**(3.477)**
Transmissão		**(3.450)**	**(3.422)**
Softwares		(3.030)	(3.002)
Outros		(420)	(420)
Administração		(594)	(55)
Total em Serviço		**16.881**	**15.372**
Em curso			
Custo		**59.047**	**48.942**
Transmissão		**3.888**	**3.075**
Servidões		3.771	2.961
Software		25	22
Outros		92	92
Geração		411	331
Administração		450	405
Projeto em desenvolvimento		54.298	45.131
Total do Intangível		**75.928**	**64.314**

12. Intangível – Consolidado--Continuação

b) Ágio na aquisição de ações

Os ágios registrados pela Companhia foram originários dos investimentos nos seguintes empreendimentos, ainda em fase pré-operacional, e estão assim distribuídos em 30 de setembro de 2010 e em 30 de junho de 2010:

	30/09/2010	30/06/2010
Empreendimentos pré-operacionais		
PCH Queluz	**2.665**	**2.665**
PCH Lavrinhas	**5.245**	**5.245**
Empreendimentos operacionais	**247**	**247**
	8.157	**8.157**

c) Projetos em desenvolvimento

Para desenvolvimento destes projetos a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às Sociedades de Propósito Específico – SPE´s controladas que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para ao resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais pela administração. No terceiro trimestre de 2010 houve reversões de gastos para o resultado do exercício no montante de R$ 1.622.

Em atendimentos aos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 01 e 04, aprovados pelas Deliberações CVM nº 527/08 e 553/08, respectivamente, os ativos intangíveis com tempo de vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso, bem como o ágio decorrente da expectativa de rentabilidade futura são testados anualmente com relação ao valor recuperável.

13. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2010	30/06/2010	30/09/2010	30/06/2010
Arrendamento mercantil	**348**	330	**348**	330
Banco J. Safra - Leasing	**150**	198	**150**	198
Banco do Brasil - Leasing	**78**	-	**78**	-
Banco Itaú - Leasing	**120**	132	**120**	132
Debêntures públicas	**332.494**	324.567	**332.494**	324.567
1ª Emissão	**75.041**	75.020	**75.041**	75.020
Série I	**45.025**	44.951	**45.025**	44.951
Série II	**11.256**	11.238	**11.256**	11.238
Série III	**15.008**	14.984	**15.008**	14.984
Série IV	**3.752**	3.847	**3.752**	3.847
2ª Emissão	**257.453**	249.547	**257.453**	249.547
Série I	**237.953**	230.533	**237.953**	230.533
Série II	**19.500**	19.014	**19.500**	19.014
Financiamento de bens	**66.761**	16.157	**2.002.166**	2.008.422
Moeda nacional	**66.761**	16.157	**1.961.991**	1.916.554
BNDES	-	-	**1.425.025**	1.588.708
Banco do Nordeste do Brasil	-	-	**254.476**	24.562
Banco Unibanco	-	-	**82.078**	83.103
BRDE	-	-	**20.055**	20.603
Banco Industrial	-	-	**913**	969
Banco do Brasil	-	-	**6.512**	2.914
BDMG	-	-	**50.442**	51.463
Banco Itaú BBA	-	-	**42.274**	114.240
Banco Santander	**50.600**	-	**64.055**	13.835
FINEP	**16.161**	16.157	**16.161**	16.157
Moeda estrangeira	-	-	**40.175**	91.868
Banco Itaú BBA	-	-	-	8.983
Banco Santander	-	-	**2.644**	2.873
BNDES	-	-	**29.580**	70.779
BDMG (PEM).	-	-	**7.951**	9.036
Resultado Operação *Swap*	-	-	-	197
Total	**399.603**	341.054	**2.335.008**	2.333.319
(-) Parcelas vincendas em curto prazo	**119.956**	28.952	**279.341**	272.468
Parcelas vincendas em longo prazo	**279.647**	312.102	**2.055.667**	2.060.851

13. **Empréstimos e financiamentos**--Continuação

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data das informações trimestrais. Os mesmos são apropriados ao resultado do exercício em despesas financeiras ou no ativo imobilizado no que tange à financiamentos de empresas em fase pré-operacional.

a. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil mantidos pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 11. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

b. Debêntures públicas

1ª Emissão

Em reunião do Conselho de Administração da Alupar, foi aprovada em 10 de agosto de 2009 a emissão de Debêntures, conforme abaixo definido, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação (“Oferta Restrita”), nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009.

A emissão foi composta por 15.046 (quinze mil e quarenta e seis) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, dividas entre as 4 (quatro) séries da seguinte forma: (i) 9.046 (nove mil e quarenta e seis) Debêntures na primeira série (“Debêntures da 1ª Série”); (ii) 2.250 (duas mil duzentas e cinquenta) Debêntures na segunda série (“Debêntures da 2ª Série”); (iii) 3.000 (três mil) Debêntures na terceira série (“Debêntures da 3ª Série”); e (iv) 750 (setecentas e cinquenta) Debêntures na quarta série (“Debêntures da 4ª Série” e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, as Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série, “Debêntures”). O valor nominal unitário das Debêntures de cada uma das séries, nas respectivas datas de emissão, foi de R$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o valor total da Emissão de R$ 150.460 (cento e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta mil reais).

13. **Empréstimos e financiamentos**--Continuação

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será corrigido ou atualizado por qualquer índice.

A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da respectiva Data de Emissão da Debênture de cada uma das Séries, equivalentes a 118,0% (cento e dezoito por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinqüenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br).

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será para as Debêntures de cada uma das Séries, a data de sua respectiva subscrição e integralização.

As Debêntures de cada uma das Séries terão as seguintes datas de vencimento finais:
(i) As Debêntures da 1ª Série vencerão em 27 de outubro de 2011;
(ii) As Debêntures da 2ª Série vencerão em 24 de outubro de 2011;
(iii) As Debêntures da 3ª Série vencerão em 24 de outubro de 2011; e
(iv) As Debêntures da 4ª Série vencerão em 27 de setembro de 2011.

Os recursos obtidos por meio da emissão foram destinados ao pagamento dos seguintes mútuos celebrados coma Garantidora:

(i) Contrato de abertura de crédito recíproco – Mutuo I, celebrado em 26 de dezembro de 2008, conforme posteriormente aditado em 29 de dezembro de 2008, entre a Garantidora (Guarupart) e a Emissora (Alupar), por meio do qual a emissora contraiu mútuo no valor principal de R$ 47.000 e com prazo de 12 meses, contados da data da assinatura do referido contrato, com renovação automática;

(ii) Contrato de abertura de crédito recíproco – Mutuo C0001-09, celebrado em 29 de dezembro de 2008, conforme posteriormente aditado em 2 de março de 2009, entre a Garantidora (Guarupart) e a Emissora (Alupar), por meio do qual a emissora contraiu mútuo no valor principal de R$ 100.000 e com prazo de 12 meses, contados da data da assinatura do referido contrato, com renovação automática; e

(iii) Após o pagamento dos mútuos, os recursos remanescentes foram utilizados para financiamento de capital de giro da Emissora.

13. **Empréstimos e financiamentos**--Continuação

As Debêntures contaram com a garantia fidejussória da Guarupart Participações Ltda., ("Garantidora"), na modalidade de fiança ("Garantia"). Nos termos do item 4.16.9 da Escritura de Emissão, a fiança vincula a Garantidora, bem como seus sucessores a qualquer título, inclusive na hipótese de qualquer reorganização societária, cisão, fusão, incorporação, alienação de controle, que ocorra com a Garantidora, devendo esta, ou seus sucessores, a qualquer título, assumir prontamente a fiança prestada. Nesta hipótese, a Escritura de Emissão deverá ser aditada para que constem os dados da sociedade sucessora da Garantidora.

As Debêntures não estão sujeitas a repactuação programada.

A liquidação financeira das Debêntures ocorreu em 2 de setembro de 2009.

As demais características, condições e direitos das Debêntures estão estabelecidos na Escritura de Emissão.

Em 30 de dezembro de 2009, foram liquidados antecipadamente, os saldos devedores vencíveis em curto prazo com recursos oriundos da 2ª emissão de debêntures da Companhia, restando um saldo de R$ 75.000 vencível em 2011.

2ª Emissão

Em reunião do Conselho de Administração da Alupar, foi aprovada em 09 de novembro de 2009, a 2ª (segunda) emissão, de debêntures, em duas séries, da espécie quirografária, não conversíveis em ações da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em conformidade com o disposto nos artigos 52 e seguintes da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para distribuição pública, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), observado o procedimento simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários previsto na Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008, e no convênio celebrado para esse fim em 20 de agosto de 2008 entre a CVM e Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID. As Debêntures terão as seguintes características e condições:

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Valor total da emissão e data de emissão: o valor total da Emissão será de R$250.000, na Data de Emissão das Debêntures (conforme definido abaixo);

Número de séries: a Emissão será realizada em 2 (duas) séries ("Primeira Série" e "Segunda Série" e, quando referidas em conjunto, "Séries");

Quantidade de títulos: a Emissão será composta de 250.000 (duzentas e cinquenta mil) Debêntures.

Data *de emissão*: para todos os fins e efeitos, a data de Emissão de cada uma das séries será o dia 15 de dezembro de 2009 ("Data de Emissão");

Valor nominal unitário: o valor nominal unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão, será de R$ 1 (um mil reais);

Conversibilidade: as Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia;

Forma: as Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados;

Espécie: as Debêntures serão da espécie quirografária;

Destinação dos recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da *integralização* das Debêntures terão a seguinte destinação:

- ✓ aproximadamente 18,4% dos recursos captados, totalizando aproximadamente R$ 46.000 para o pagamento de dívidas representadas pelos seguintes instrumentos de dívida: (i) Cédula de Crédito Bancário nº 100109090012600 no valor principal de R$ 9.000 com encargos de 135% da Taxa DI e vencimento em 26 de janeiro de 2010 emitida em face do Banco Itaú BBA S.A., (ii) Cédula de Crédito Bancário nº 100109060016800 no valor principal de R$ 12.200 com encargos de 135% da Taxa DI e vencimento em 28 de dezembro de 2009 emitida em face do Banco Itaú BBA S.A; (iii) Cédula de Crédito Bancário nº 10010908001200 no valor principal de R$ 10.000 com encargos de 135,5% da Taxa DI e vencimento em 23 de novembro de 2009 emitida em face do Banco Itaú BBA S.A; (iv) Cédula de Crédito Bancário nº 10080823 no valor principal de R$ 5.000 com encargos de 100% da Taxa DI, acrescida de 5,500% a.a., correspondente a 0,4472% a.m e vencimento em 1 de julho de 2010 emitida em face do Banco Votorantim S.A; (v) Contrato de Mútuo nº 271020079, com valor principal de R$ 3.800 com encargos de 130% da Taxa DI, garantido por notas promissórias emitidas pela Alupar com aval da Guarupart, firmado com o Banco Santander (Brasil) S.A. e com vencimento em 23 de setembro de 2010, e (vi) Nota de Crédito Comercial no valor principal de R$ 3.000 com encargos de 140% da Taxa DI emitida em face do Banco do Brasil S.A. e com vencimento em 28 de maio de 2010;

13. **Empréstimos e financiamentos**--Continuação

- ✓ aproximadamente 32% dos recursos captados, totalizando aproximadamente R$ 80.000 para pagamento de parte das Debêntures da Primeira Emissão da Companhia; e

- ✓ aproximadamente 49,6% dos recursos captados, totalizando aproximadamente R$124.000 para reforço de capital de giro.

Constituição de Garantia: as *Debêntures* não contarão com garantias;

Colocação e negociação: as Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos e do SND – Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a *negociação* liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP");

Preço de subscrição: as Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e, para as Debêntures da Segunda Série, da Atualização da Segunda Série (conforme abaixo definido), calculadas *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização;

Prazo e vencimento: as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da *Primeira* Série"), com vencimento final em 15 de dezembro de 2013, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado. As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série" e quando em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, "Data de Vencimento"), com vencimento final em 15 de dezembro de 2014, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado. Por ocasião da Data de Vencimento, a Companhia se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), pelo Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, se for o caso, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) devida;

13. **Empréstimos e financiamentos**--Continuação

Amortização: a amortização das Debêntures da Primeira Série será realizada em 03 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2011; a segunda com vencimento em 15 de dezembro de 2012 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2013. A amortização das Debêntures da Segunda Série será realizada em 03 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2012; a segunda com vencimento em 15 de dezembro de 2013 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2014;

Atualização monetária: o Valor Nominal Unitário ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("Atualização da Segunda Série"). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não estarão sujeitos a atualização;

Remuneração: (a) a partir da Data de Emissão, as Debêntures da Primeira Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As *Debêntures* da Primeira Série renderão juros correspondentes à acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado ao *spread* máximo de 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento) ao ano, com base em 252 dias úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"); e (b) a partir da Data de Emissão, as Debêntures da Segunda Série da presente Emissão farão jus a juros remuneratórios de 8,95% (oito inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures de Segunda Série, imediatamente após a primeira data de amortização, nos termos da Escritura da Segunda Emissão de Debêntures, calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinqüenta e dois) dias úteis, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme disposto na Escritura da Segunda Emissão de Debêntures;

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Pagamento da remuneração: o pagamento da Remuneração da Primeira Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, nos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2010 e o último pagamento em 15 de dezembro de 2013, na Data de Vencimento das *Debêntures* da Primeira Série. O pagamento da Remuneração da Segunda Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, no mês de dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2010 e o último pagamento em 15 de dezembro de 2014, na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série;

Resgate antecipado: as Debêntures não serão objeto de resgate antecipado;

Vencimento antecipado: existem hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, conforme eventos *detalhados* no Prospecto, resultando na imediata exigibilidade do pagamento do Valor Nominal Unitário de cada Debênture pela Companhia, acrescido da Remuneração e encargos, calculados *pro rata temporis,* a partir da Data de Emissão, até a data do seu efetivo pagamento.

As demais características, condições e direitos das Debêntures estão estabelecidos na Escritura de Emissão.

c) Financiamento de bens

Os financiamentos de bens correspondem aos recursos captados pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto e estão sujeitos aos seguintes encargos:

Moeda nacional

Os financiamentos de bens estão sujeitos a atualização pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) ou pelo Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), conforme o caso, com *spread* de 1,7% a 3,3% ao ano sobre o saldo devedor.

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Moeda estrangeira

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira correspondem aos recursos captados pela Companhia e suas controladas, conforme a seguir:

- Companhia Transudeste de Transmissão e Companhia Transirapé de Transmissão, junto ao BNDES e demais instituições financeiras. Os saldos devedores são atualizados diariamente, a partir da data de liberação dos recursos, pela média ponderada das variações cambiais incidentes sobre os recursos captados pelo BNDES em moedas estrangeiras, a taxas que variam de 4,0% a 4,5% ao ano acima da taxa variável reajustada, calculada com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação dos recursos.

- Companhia Transleste de Transmissão junto ao BDMG, oriundo dos recursos captados BNB em moeda estrangeira originários do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas no Nordeste do Brasil (PEM) e repassados pelo BDMG. Está sujeito a encargos de 5% ao ano acima da taxa variável definida com base na taxa de juros devida pelo BNB ao BID.

Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos em longo prazo são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2010	**30/06/2010**	**30/09/2010**	30/06/2010
2011	**92.537**	124.930	**169.688**	250.026
2012	**84.154**	84.108	**296.819**	292.317
2013	**86.439**	86.360	**300.416**	295.722
2014	**8.366**	8.556	**222.032**	217.791
2015	**2.386**	2.385	**199.447**	193.978
Após 2015	**5.765**	5.764	**867.265**	811.017
Total	**279.647**	312.103	**2.055.667**	2.060.851

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, recebíveis e penhor dos direitos emergentes da concessão e caução das ações ordinárias das empresas de energia.

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Alguns dos contratos de financiamento nos exigem manter certos índices financeiros ou cumprir outras obrigações específicas. Qualquer inadimplemento aos termos de nossos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado pelos respectivos credores poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa. Em 30 de setembro de 2010, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.

14. Contribuições e impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2010	30/06/2010	**30/09/2010**	30/06/2010
IRRF	**20**	34	**187**	240
IRPJ	-	-	**26.294**	18.246
CSLL	-	-	**30.582**	22.935
PIS	**255**	250	**1.399**	1.185
COFINS	**1.176**	1.151	**5.970**	4.979
ICMS	-	-	**5.188**	6.195
INSS	**2**	1	**1.922**	1.101
Outros	**28**	54	**882**	1.340
	1.481	1.490	**72.424**	56.221

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável para todas as empresas do Grupo Alupar sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual, exceto as controladas, ERTE, Lumitrans, Transirapé, Transleste Transudeste , Queluz e Lavrinhas que estão sob o regime de tributação pelo Lucro Presumido.

15. Benefícios fiscais

a) Redução do imposto de renda

Algumas de nossas controladas e controladas em conjunto são titulares de benefícios fiscais federais que garantem a redução de imposto de renda na região da Superintendência de Desenvolvimentos da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Com fundamento na Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, do Governo Federal, as empresas ETEP, EATE, ERTE, ENTE, e STN são titulares de benefícios fiscais federais que garantem redução de 75% do imposto de renda, inclusive adicional, sobre o lucro da exploração de empreendimentos instalados na região da SUDAM e da SUDENE, pelo prazo de 10 anos. A fruição do benefício fiscal dá-se a partir do ano-calendário subseqüente à entrada em operação do projeto, segundo laudo expedido pela SUDAM e SUDENE. Até o presente momento a ETES não está usufruindo do benefício da redução do imposto de renda por estar no aguardo a homologação do processo pela Receita Federal e, diversamente das demais transmissoras da Alupar, a ERTE não está usufruindo da redução de imposto de renda por ter optado pelo lucro presumido.

Nos exercícios de 2010 e 2009, estes benefícios geraram as seguintes reduções do imposto de renda em nossas controladas:

Controladas	30/09/2010	30/09/2009
STN	8.390	7.988
EATE	23.941	22.354
ENTE	12.153	10.577
ETEP	5.887	5.427
	50.372	46.346

16. Provisão para compensação ambiental

Como parte do processo de licenciamento, as companhias controladas e controladas em conjunto são obrigadas a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades (geração e transmissão de energia elétrica). Para tanto, o IBAMA determina o valor a ser investido e a destinação de tal investimento. O valor do investimento em compensação ambiental deve ser equivalente a pelo menos 0,5% do valor total dos investimentos em um empreendimento, assim, em 30 de setembro de 2010 está provisionado o montante de R$ 10.175 (em 30 de junho de 2010 este valor era de R$ 10.149).

17. Patrimônio líquido

a) Capital autorizado

Nos termos do artigo 8º do seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização.

Dentro do limite de capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle.

Ademais, os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias. Este direito de preferência poderá, no entanto, a critério do Conselho de Administração, ser excluído ou ter seu prazo para exercício reduzido, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite do capital autorizado."

b) Capital social

O capital social da Companhia no valor total de R$ 804.001, está representado por 163.910.000 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 30 de setembro de 2010 é a seguinte:

Acionista	Capital Integralizado	Participação %
Guarupart Participações Ltda.	134.666.992	82,16
FI-FGTS	29.242.996	17,84
Membros do Conselho de Administração	12	-
	163.910.000	100,00

17. **Patrimônio líquido**--Continuação

c) Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício limitada a 20% do capital social.

Reservas de lucros

Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembléia, para sua destinação.

d) Dividendos propostos

De acordo com o artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão de direito de receber como dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, acrescido ou diminuído dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição de reserva legal; b) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

O montante do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado, nos termos da Lei.

18. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2010	30/09/2009	**30/09/2010**	30/09/2009
Despesas financeiras				
Encargos e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	**(30.535)**	(11.492)	**(118.331)**	(53.073)
Variações Cambiais	**(21)**	-	**(5.841)**	(25.204)
Outras	**(194)**	(2.244)	**(3.014)**	(4.114)
	(30.750)	(13.736)	**(127.186)**	(82.391)
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	**29.659**	332	**36.763**	5.455
Outras	**568**	473	**5.894**	4.372
	30.227	805	**42.657**	9.827
Resultado financeiro líquido	**(523)**	(12.931)	**(84.529)**	(72.564)

19. Contingências

A situação de processos e contingências envolvendo a Companhia e suas controladas em 30 de setembro de 2010 está descrita a seguir:

	Contingências			
Natureza	**Quantidade de ações**	**Valor da Causa**	**Provisão Contábil**	**Depósitos Judiciais**
Fiscal	**184**	43.606	1.255	2.697
Cível	**32**	8.403	-	3.107
Fundiário	**258**	9.612	2.068	5.247
Trabalhista	**36**	1.366	427	200
	510	**62.987**	**3.750**	**11.251**
Circulante			1.682	151
Não Circulante			2.068	11.100

Atualmente, a Companhia é parte de somente 06 (seis) processos judiciais. A Companhia não é parte em nenhum processo administrativo.

Nossas controladas são partes em processos administrativos e judiciais envolvendo tributos, obrigações trabalhistas, responsabilidade civil e ainda em processos administrativos referentes a obrigações fiscais e outros encargos impostos por agências governamentais, inclusive a ANEEL.

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos valores efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e no julgamento de nossa administração, sendo que somente são provisionados os valores relativos aos processos que entendemos ser de perda provável.

Apresentamos a seguir uma breve descrição dos processos em que nossas Controladas figuram como parte, de acordo com sua natureza:

Processos de natureza fiscal

Nossas Controladas figuram como parte em 184 (cento e oitenta e quatro) processos judiciais e administrativos que versam sobre matéria fiscal.

19. **Contingências**--Continuação

Processos de natureza cível

Atualmente, há 32 (trinta e duas) ações desse tipo em andamento e, segundo os advogados externos da Companhia há possibilidade de êxito possível e provável em quase a totalidade das ações.

Processos de natureza fundiária

Nossas Controladas figuram como parte em 258 (duzentas e cinqüenta e oito) processos que versam sobre matéria fundiária. De uma maneira geral, os processos de natureza fundiária envolvem discussões acerca de pedidos de constituição de servidão administrativa e desapropriações.

Processos de natureza trabalhista

Nossas Controladas figuram como parte em cerca de 36 (trinta e seis) processos judiciais trabalhistas. De uma maneira geral, o objeto destes processos refere-se ao pagamento de horas extras. Os montantes relativos a créditos classificados com chances de perda provável estão devidamente provisionados no balanço da empresa.

Processos de natureza ambiental

Nossas Controladas figuram como parte em 01 (um) processo judicial e 04 (quatro) processos administrativos perante o Ministério Público Estadual e Federal, que versam sobre matéria ambiental. Os processos administrativos ambientais, que envolvem os danos ambientais decorrentes do desvio de uma linha de transmissão instalada pela Companhia no Estado do Rio Grande do Sul e por danos ambientais causados pela construção de linha de transmissão da ECTE, se encontram em fase de encerramento uma vez que as partes envolvidas estão em negociação para a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (“TAC”).

Devido à natureza dos processos ambientais e do valor da causa não necessariamente possuir relação com os pedidos, não temos como atribuir-lhes valor a título de contingência.

Processos de natureza regulatória

Não figuramos como parte em nenhum processo administrativo que versa sobre matéria regulatória.

20. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.) o qual é aprovado pelo Conselho de Administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros, ativos e passivos tais como: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, mútuos, adiantamento para futuro aumento de capital, impostos a recuperar, investimentos e empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, em 30 de setembro de 2010, registrados em contas patrimoniais, não apresentam valores de mercado significativamente diferentes dos reconhecidos nas demonstrações contábeis, considerando os critérios de mensuração de cada um.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como conseqüência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

De acordo com a Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 e Instrução CVM n°475 de 17 de dezembro de 2008, estamos divulgando informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em nosso balanço patrimonial e também a análise da sensibilidade de risco dos referidos instrumentos financeiros.
As informações requeridas aplicáveis à Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão a seguir apresentadas:

20. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Política de utilização de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. Todos os contratos de derivativos são com operações de Contratos a Termo de Moeda sem Liquidação Física (NDF), todas registradas na CETIP. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da companhia.

b) Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas, que é responsável pelo desenvolvimento e monitoramento das políticas de administração de risco e tem feito isto por meio da identificação das exposições e correlações entre os diferentes fatores de risco.

As políticas de administração de risco da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem os seguintes riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros:

Risco de mercado

É o risco de que mudanças de mercado, como mudanças nas taxas de câmbio, nas taxas de juros e de preços irão afetar as receitas da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto ou o valor de seus instrumentos financeiros.

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Risco de taxas de câmbio

Os resultados da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são suscetíveis a variações cambiais significativas decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados em moeda estrangeira.

A construção de nossos empreendimentos podem ser afetados pela variação dos contratos de compra de materiais e equipamentos cujos preços são vinculados à moedas estrangeiras.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados à moedas estrangeiras.

A contratação de operações de instrumentos financeiros derivativos de *Swap* ou C*ontrato a Termo de Moedas sem Liquidação Física (NDF)*, tem por objetivo minimizar riscos em operações de empréstimos e financiamentos ou compra de materiais e equipamentos, cujos contratos possam sofre as variações de moedas estrangeiras. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, podem ser controladas por operações de swap para travar o custo financeiro das operações.

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ser contratadas operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto têm por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, conforme descrito no item anterior. Em 30 de setembro de 2010 somente a controlada Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso possuía Contratos a Termo de Moedas sem Liquidação Física (NDF).

A Administração da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

c) Saldos de ativos e passivos consolidados relativos a operações com derivativos

	Risco de câmbio		
Descrição	***Hedge***	**Outros**	**Total**
Passivo			
Contrato a Termo de Moedas (NDF)	1.092	-	1.092

d) Valores estimados de mercado

Os valores justos foram estimados na data das demonstrações contábeis baseados em “informações relevantes de mercado”. Mudanças nas premissas e alterações nas operações do mercado financeiro podem afetar significativamente as estimativas apresentadas. Os métodos e premissas adotados pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto para estimar a divulgação do valor justo de seus derivativos em 30 de setembro estão descritos abaixo:

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Contrato a Termo de Moeda sem Liquidação Física (NDF): de variação cambial. Estimados com base na cotação do dólar norte-americano divulgado pelo Banco Central do Brasil. Estes contratos não prevêem pagamentos intermediários antes da data de vencimento. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não tem por objetivo liquidar estes contratos antes de seu vencimento.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos estimados dos derivativos da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto em 30 de setembro de 2010. Nesses mesmos períodos os valores nominais em aberto expostos à variação da moeda norte-americana, bem como os respectivos valores justos, estão demonstrados a seguir:

	Valor de referência (nocional)	Valor justo	Efeito acumulado	
			Valor a	Valor a
Descrição	**30/09/2010**	**30/09/2010**	**receber**	**pagar**
Contratos a "Termo de Moedas"				
Posição passiva	**11.954**	**10.862**	-	1.092
Moeda estrangeira: US$				
Cotação em 30.09.2010: 1,7053				

Os valores a pagar líquidos dos instrumentos financeiros derivativos demonstrados têm vencimentos em até 151 dias.

20. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Quadro demonstrativo da análise de sensibilidade - Efeito na variação do valor justo

Esse risco decorre da possibilidade de perdas pela redução nas taxas de câmbio que aumentem os saldos de passivos dos contratos de Empréstimos e Financiamentos e Contratos de compra de materiais e equipamentos vinculados à moeda estrangeira pactuada junto a Instituições Financeiras. As controladas que possuem contratos de compra de materiais ou equipamentos vinculados à moeda estrangeira, possuem *hedge* de preço de moeda estrangeira correspondentes a 100% de seus endividamentos em 30 de setembro de 2010. As demais controladas que possuem financiamentos de longo prazo vinculados a linhas de créditos em moeda estrangeira (cesta de moedas do BNDES), não possuem *hedge* para estas parcelas de financiamentos, face a representatividade do saldo em moeda estrangeira ser inferior a 20% do total de seus endividamentos.

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco taxa de câmbio, demonstrando os efeitos nos resultados de variação nos cenários:

Quadro demonstrativo da análise de sensibilidade - Risco da variação cambial

	Risco	Cenário provável (I)	Cenário II	Cenário III
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	USD Cesta de moedas	6.491	26.776	47.061
Referência para passivos financeiros	**Apreciação da taxa em**			
Cesta de moedas (composta basicamente da variação do USD)		1,842	2,302	2,762

Quadro demonstrativo da análise de sensibilidade - Risco de elevação dos encargos financeiros

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Consideramos que os saldos de nossos ativos financeiros (aplicações financeiras) não apresentam oscilações que afetem significativamente nossos resultados financeiros. Apresentamos abaixo análise de sensibilidade do risco de elevação dos encargos financeiros sobre nossos passivos financeiros (empréstimos e financiamentos), demonstrando os efeitos nos resultados de variação nos cenários:

Operação	Risco	Cenário provável (I)	Cenário II	Cenário III
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	TJLP	83.566	110.935	131.123
	IGP-M	5.878	7.348	8.817
	IPCA	88	110	132
	CDI	40.840	51.050	61.259
Referência para passivos financeiros	**Apreciação da taxa em:**			
TJLP		6,0%	7,5%	9,0%
IGP-M		7,77%	9,71%	11,66%
IPCA		0,45%	0,56%	0,68%
CDI		10,61%	13,26%	15,92%

21. Seguros

As Companhias e suas controladas em conjunto mantêm cobertura de seguros contra incêndio sobre os bens do ativo imobilizado, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. **Seguros**--Continuação

Os seguros vigentes em 30 de setembro de 2010,estão assim distribuídos:

Natureza do risco	Cobertura	Prêmio
Risco nomeado (incêndios, inundações, queda de raio, explosão, etc.)	49.777	530
Garantia/Concessões Publicas / EC (BNDES)	544.066	140.182
Risco de Engenharia	867.577	5.551
Garantia (carta-fiança)	20.068	-
Garantia (Obrigações Privadas)	25.332	255
Compreensivo empresarial	5.624	45
Responsabilidade Civil	118.500	1.865
Responsabilidade Civil – Administradores	11.800	80
Total	**1.642.744**	**148.508**

22. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vales refeições e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

23. Compromissos

Acordo de acionistas

Conforme Acordo de Acionistas, datado de 23 de julho de 2001, a Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. e a Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. se comprometiam a recomprar a totalidade das 88.000.000 e 18.000.000 ações preferenciais, respectivamente, de seu acionista Centrais Elétrica Brasileiras S.A. - Eletrobrás no prazo máximo de 10 anos após o 24° mês do início da operação comercial da linha de transmissão.

Atráves dos Intrumentos Particulares de Cessão de Direitos e Obrigações entre a Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A., Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A., e Guarupart Participações Ltda, incorporadora e sucessora da Companhia Técnica de Engenharia Elétrica, datados de 10 de abril de 2002 e 5 de dezembro de 2001, respectivamente, passou a obrigação de recompra das referidas ações para os acionistas.

23. **Compromissos**--Continuação

A partir de 26 de setembro de 2007, o compromisso de recompra das ações da Eletrobrás, passou a ser da Alupar Investimento S.A., uma vez que a Guarupart Participações Ltda transferiu suas participações acionárias na Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. e na Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. para a Alupar Investimento S.A., mediante aumento de capital conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Até 30 de setembro de 2010, já foram recompradas pela Companhia, 22.399.130 ações da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. e 5.176.671 ações, da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A., respectivamente, no montante de R$ 32.457 e de R$ 7.577.

Essas transações são reconhecidas nas demonstrações contábeis a medida que são efetivadas.

Contrato de compra e venda de ações com condição suspensiva

A Alupar e a Guarupart Participações Ltda firmaram, em 28 de dezembro de 2007, um contrato de compra e venda de ações com condições suspensivas que se baseia nos seguintes aspectos:

- A Guarupart Participações Ltda (vendedora) é detentora de 6.324.000 ações ordinárias integralizadas, representando 51,0% do capital social da Transchile Charrua Transmisión S.A., sociedade válida e existente de acordo com as leis da República do Chile;
- A vendedora ainda fará novos aportes na Transchile até que a linha de transmissão entre em operação e, por sua vez, integralizará novas ações, que englobarão e farão parte do referido contrato de compra e venda;
- A vendedora deseja vender as ações para a Alupar (compradora), tão logo a Transchile entre em operação comercial, de acordo com os termos e condições estabelecidas no contrato;
- A transferência de ações está condicionada à aprovação do agente regulador da Transchile, qual seja, a Superintendência de Eletricidad y Combustibles (SEC) bem como de qualquer outro órgão com a competência na matéria e dos agentes financiadores do empreendimento; e
- O preço de compra das ações detidas pela vendedora, a ser pago pela Alupar, será o correspondente ao total do valor em Reais aportado como capital, corrigido pelo IGP-M/FGV pro rata die, desde a data de cada aporte, até a data do efetivo pagamento.

23. **Compromissos**--Continuação

Opções de compra e venda de ações preferenciais das empresas Ijuí Energia S.A. e Foz do Rio Claro Energia S.A.

Em 5 de setembro de 2008, a Companhia celebrou com o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), um Acordo de Acionistas e Instrumentos de Opções de Compra e Venda de Ações, os quais prevêem o ingresso do FI-FGTS como acionista das empresas Foz do Rio Claro Energia S.A. e Ijuí Energia S.A. Com a formalização do processo o Fundo passou a deter 49,99% do capital social total de cada empresa. O ingresso do FI-FGTS foi formalizado mediante realização de AGE da Ijuí Energia S.A. e da Foz do Rio Claro Energia S.A., em 09 de dezembro de 2008 e 23 de janeiro de 2009, respectivamente.

Opções de compra e venda de ações preferenciais das empresas Usina Paulista Queluz de Energia S.A. e Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

Em 2 de outubro de 2008, a Companhia celebrou com o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), um Acordo de Acionistas e Instrumentos de Opções de Compra e Venda de Ações, os quais prevêem o ingresso do FI-FGTS como acionista nas empresas Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. e Usina Paulista Queluz de Energia S.A. Com a formalização do processo o Fundo passou a deter 49,99% do capital social total de cada empresa. O ingresso do FI-FGTS foi formalizado mediante realização de AGE da empresas em 16 de dezembro de 2008.

Distrato da opção de compra de ações de emissão da Lumitrans- Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Em 07 de julho de 2009, foi assinado o Instrumento Particular de Distrato da Opção de Compra de ações de emissão da Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica, entre as empresas Alupar Investimento S.A., Luminar Montagens Elétricas Ltda., Luminar Comércio e Indústria Ltda. e Auto Invest Inspeções Técnicas de Veículos Ltda., nos termos a seguir descritos:

23. **Compromissos**--Continuação

A Auto Invest, por não ter interesse em aumentar sua atual participação de 5% (cinco por cento) no capital da Lumitrans, renuncia em favor da Alupar neste ato ao direito de exercer as Opções de Compra de Ações e esta, em contrapartida, pagará à Auto Invest, a título de indenização, o valor fixo e irreajustável de R$ 1.336, da seguinte forma: a) primeira parcela no valor de R$ 250 a ser paga até 30 de julho de 2009; b) segunda parcela no valor de R$ 250 a ser paga até 30 de agosto de 2009; c) e o saldo de R$ 836 a ser pago em 10 (dez) parcelas mensais fixas, irreajustáveis e consecutivas de R$ 83,6 todo dia 30, iniciando-se em 30 de setembro de 2009;

Contrato de Compra e Venda de Ações de emissão da ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Em 10 de novembro de 2009, a Alupar Investimento S.A (compradora), a MDU Sul Transmissão de Energia Ltda. (vendedora) e a CENTENNIAL ENERGY HOLDINGS INC (garantidora), firmaram um contrato de compra e venda de ações, cujo objeto é a aquisição pela Alupar de 4.213.710 (quatro milhões, duzentas e treze mil, setecentas e dez) ações ordinárias da ECTE ("Ações"), em quatro porções distintas, sendo: a primeira de 1.053.429 (um milhão, cinqüenta e três mil, quatrocentas e vinte e nove) ações ordinárias e nominativas de emissão da ECTE ("Lote(s) de Ações") e as demais de 1.053.427 (um milhão, cinqüenta e três mil, quatrocentas e vinte e sete) ações ordinárias. Os Lotes de Ações deverão ser transferidos pela Vendedora para a Compradora mediante o pagamento do Preço de Compra, que deverá ocorrer em quatro parcelas anuais, sendo a primeira parcela devida somente após 12 meses da Data de Fechamento e as três seguintes em parcelas a serem pagas sucessivamente a cada 12 meses juntamente com a transferência do respectivo Lote de Ações, tudo conforme definido no Contrato;

Referido contrato foi aprovado pelo BNDES em 29 de junho de 2010, Bancos Financiadores em 02 de junho de 2010 e pela ANEEL em 25 de maio de 2010.

Alupar Investimento S.A.

Relatório do Desempenho do Trimestre - Consolidado
Em 30 de setembro de 2010
(Em milhares de reais)

Relatório do Desempenho do Trimestre

A Companhia

A Alupar Investimento S.A. é uma *holding* que tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infra-estrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; a elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infra-estrutura.

Concessões de linhas de transmissão

A Alupar participa de 17 empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil. Das 17 concessionárias, 5 se encontram em fase pré-operacional, sendo que as 12 concessionárias em atividade operam 3.391,5 quilômetros de linhas de transmissão.

As participações da Alupar nas 17 concessionárias de transmissão estão apresentadas a seguir:

Empresas	Participação Direta		Participação Indireta	
	No capital votante	No capital total	No capital votante	No capital total
Companhia Transleste de Transmissão (*)	-	-	41,00%	41,00%
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	-	-	41,00%	41,00%
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	-	-	41,00%	41,00%
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A.	100,00%	100,00%	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão S.A. - EATE	50,02%	38,01%	-	-
Empresa Norte de Transmissão S.A. - ENTE	50,01%	50,01%	-	-
Empresa Regional de Transmissão S.A. - ERTE	50,01%	50,01%	-	-
Empresa Catarinense de Transmissão S.A. – ECTE	40,01%	40,01%	-	-
Empresa Paraense de Transmissão S.A. - ETEP	50,02%	41,52%	-	-
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN	51,00%	51,00%	-	-
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC (**)	20,00%	20,00%	80,00%	80,00%
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica(**)	15,00%	15,00%	80,00%	80,00%
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE (**)	-	-	51,00%	51,00%
Transmissora Matogrossense de Energia S.A – TME	46,00%	46,00%	-	-
Empresa Santos Dumont de Energia S.A – ESDE (***)	-	-	100,00%	100,00%
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. -ETEM	60,00%	60,00%	-	-
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. -ETVG	99,90%	99,90%	-	-

(*) Participação indireta mediante controle da Transminas.
(**) Participação indireta mediante controle da EATE.
(***) Participação indireta mediante controle da ETEP.

Nossos investimentos em empresas de transmissão de energia elétrica são, em sua maioria, em parcerias com as seguintes empresas: CEMIG, FURNAS, ELETROBRÁS, CHESF, AUTOINVEST, MDU, ELETRONORTE, Mavi Engenharia, FI-FGTS e CTEEP.

A Alupar ainda pretende ingressar como acionista, mediante compra da totalidade da participação acionária da Guarupart Participações Ltda., na Transchile - empresa em fase operacional, que detém a concessão para construção, operação e manutenção de 200 km de linha de transmissão de 220 kv no Chile, em um trecho que vai de Charrua a Nueva Temuco.

A Alupar também participa com quase 100% das ações do capital total da empresa Alupar Inversiones Peru SAC, cujo objeto social é participar de novos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica no Peru.

Concessões de usinas de energia elétrica

A Alupar está implantando 2 usinas hidrelétricas adquiridas no leilão em 2005 e mais uma usina adquirida no Leilão A-5 de 2010. As usinas hidrelétricas em fase pré-operacional são:

UHE Ferreira Gomes

A UHE Ferreira Gomes localiza-se no Rio Araguari, nos municípios de Araguari e Ferreira Gomes, no Estado do Amapá. O empreendimento consiste no aproveitamento potencial hidráulico, com potência instalada de, no mínimo, 252 MW e as respectivas instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A UHE possui 150 lotes de energia, dos quais 105 foram vendidos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e os demais serão vendidos no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Receita bruta projetada de R$ 148,9 milhões e com previsão de entrada em operação plena no 1º Semestre/2015.

UHE Foz do Rio Claro

A UHE Foz do Rio Claro com 68,4 MW de Potência instalada, localizada no Rio Claro, nos municípios de Caçu e São Simão, em Goiás, com Receita Anual estimada de R$ 47,4 milhões. 1º Turbina entrou em operação em Agosto de 2010 e a 2º turbina esta prevista para entrar em operação no 2º semestre/2010

A partir de 1º de janeiro de 2010, a Foz do Rio Claro iniciou o suprimento de energia elétrica por conta dos “Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado” (CCEAR por quantidade). As quantidades sazonalizadas para o 3º trimestre/2010 foram:

Meses	Quantidade MWh/Mês	Tarifa Média Contratual
Julho	27.607,307	R$ 129,68
Agosto	28.369,597	R$ 130,57
Setembro	28.283,610	R$ 131,37
Total	**84.260,514**	

O faturamento da energia se dá no mês seguinte ao mês do suprimento considerado. O faturamento reconhecido para o 3º trimestre/2010 foi:

Mês de Reconhecimento do Faturamento	Quantidade MWh/Mês	Faturamento em R$ mil
Julho	26.937,745	R$ 3.465
Agosto	27.607,307	R$ 2.945
Setembro	28.369,597	R$ 3.669
Total	**82.914,649**	**R$ 10.079**

Em 2 de agosto de 2010 fomos notificados através do Chamado Ativo nº 352235 emitido pela Câmera de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que o empreendimento hidrelétrico UHE Eng° José Luiz Muller de Godoy Pereira encontrava-se em atraso, e que nosso faturamento de junho/2010 por determinação da ANEEL estaria sendo revisado conforme Resolução ANEEL nº 165, de 19 de setembro de 2005, que prevê em casos de atraso do início da operação comercial da unidade geradora, a revisão de sua tarifa o menor valor entre "Valor da Energia do Contrato de Compra", "Preço de Liquidação de Diferenças – PLD acrescido de 10%" ou "Preço da Energia no Contrato de Venda Original".
Dessa forma, nossa tarifa foi calculada com base no PLD Médio + 10%, ou seja, a tarifa que deveria ter sido praticada sobre o suprimento de energia considerado era de R$ 74,79 (setenta e quatro reais e setenta e nove centavos).
Entretanto, o atraso do empreendimento é aplicado somente à Unidade Geradora 1 (UG1), que possui 30,1 MW médios de garantia física de energia, em atraso desde 1º de junho de 2010, sendo que, a Unidade Geradora 2 (UG2), entrou em atraso a partir de 1º de setembro de 2010.
Dessa forma, para cada mês de suprimento de energia, foi observado os montantes proporcionais à cada UG, aplicando-se a Resolução ANEEL nº 165 para os montantes de energia em atraso.
Considerando a tempestividade dos fatos, o faturamento realizado no mês de julho/2010 foi enviado aos Distribuidores e liquidados normalmente em suas datas de vencimento. Ocorre que após comunicado emitido pela CCEE, a Foz do Rio Claro Energia S/A propôs aos seus Distribuidores a compensação dos valores pagos à maior

com o suprimento de energia nos meses subseqüentes, até que estes créditos sejam totalmente compensados.
Praticando a nova tarifa definida pela CCEE em R$ 74,79, o faturamento devido em julho/2010 seria de R$ 2.400.369,32 (dois milhões e quatrocentos mil e trezentos e sessenta e nove reais e trinta e dois centavos). Dessa forma, nossos Distribuidores passaram a ter um crédito no montante de R$ 1.064.768,14 (um milhão e sessenta e quatro mil e setecentos e sessenta e oito reais e quatorze centavos).
Abaixo demonstrativo dos eventos de faturamento e compensação dos créditos para o período:

Mês do Suprimento	Quantidade MWh/Mês	Mês do Faturamento	Faturamento (PLD Médio + 10%)	Recebimento I	Saldo do Crédito(*)
Junho	26.937,745	Julho	R$ 2.400	R$ 3.465	R$ 1.065

* Montante integralmente liquidado nos faturamentos de agosto e setembro de 2010.

Em 4 de agosto de 2010, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, liberou a UG1 da UHE Eng° José Luiz Muller de Godoy Pereira, para início da operação comercial a partir de 5 de agosto de 2010, quando a energia produzida pela unidade geradora deverá estar disponível ao sistema.

Os montantes de geração bruta de energia apurados e registrados no relatório “ME001 – Medição por Ativos”, da CCEE, no mês de agosto de 2010 foi de 16.473,742 MW e no mês de setembro de 2010 foi de 18.357,342 MW.

Para atender à demanda integral do suprimento de energia elétrica, foram celebrados contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica com a COOMEX e a MPX Comercializadora de Energia Ltda., para atendimento aos lastros dos CCEAR´s. O total de energia comprada no 3º trimestre de 2010 correspondem a 65.380,000 MWh que equivalentes a R$ 6.500.

UHE São José

A UHE São José com 51,0 MW de Potência instalada, localizada no rio Ijuí, nos municípios de Salvador das Missões e Rolador, no Rio Grande do Sul, com Receita Anual estimada de R$ 37,6 milhões. A previsão de entrada em operação plena deste empreendimento é 2º Semestre/2010.

A partir de 1º de janeiro de 2010, a UHE São José iniciou o suprimento de energia elétrica por conta dos “Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado” (CCEAR por quantidade). As quantidades sazonalizadas para o 3º trimestre/2010 foram:

Meses	Quantidade MWh/Mês	Tarifa Média Contratual
Julho	21.236,312	R$ 138,42
Agosto	21.822,920	R$ 139,37
Setembro	21.756,702	R$ 140,25
Total	**63.708,104**	

O faturamento da energia se dá no mês seguinte ao mês do suprimento considerado.

Abaixo demonstrativo dos eventos de faturamento e compensação dos créditos para o trimestre atual, conforme refaturamento realizado no primeiro semestre, de acordo com a notificação do CAM 088/10, de 09 de março de 2010:

Mês do Suprimento	Quantidade MWh/Mês	Mês do Faturamento	Faturamento (PLD Médio + 10%)	Recebimento	Saldo do Crédito*
junho	20.721,342	julho	R$ 1.546	R$ 1.142	-
julho	21.236,312	agosto	R$ 2.044	R$ 2.044	-
agosto	21.822,920	setembro	R$ 2.084	R$ 2.084	-

(*) Montante integralmente liquidado no faturamento de julho de 2010, correspondente ao suprimento de energia de junho de 2010.

Como a Companhia ainda não entrou em operação, e para atender ao início do suprimento de energia elétrica, foram celebrados contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica com a COOMEX e a MPX Comercializadora de Energia Ltda., para atendimento aos lastros dos CCEAR´s. O total de energia comprada no 2º trimestre de 2010 correspondem a 64.915,000 MWh que equivalentes a R$ 6.207.

Em 5 de agosto de 2010 a Ijuí Energia S/A foi multada em R$ 2.293.837,79 (dois milhões e duzentos e noventa e três mil e oitocentos e trinta e sete reais e setenta e nove centavos), devido ao não cumprimento do Inciso IX do artigo 34 das Disposições Aplicáveis ao Contrato do BNDES nº 08.2.0070.1, por assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES.

Autorizações de pequenas centrais hidrelétricas

A Alupar está implantando 2 Pequenas Centrais Hidrelétricas no Estado de São Paulo. As PCH´s em fase pré-operacional são:

PCH Lavrinhas

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (PCH Lavrinhas) - com potência instalada de 30 MW e energia assegurada de 21,4 MW, localizada no Rio Paraíba do Sul, no município de Lavrinhas, no Estado de São Paulo, com uma área alagada de 0,76 km2 , receita bruta projetada de R$ 32,9 milhões e com previsão de entrada em operação plena no 2º Semestre/2010

PCH Queluz

Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (PCH Queluz) - com potência instalada de 30 MW e energia assegurada de 21,4 MW, localizada no Rio Paraíba do Sul, no município de Queluz, no Estado de São Paulo, com uma área alagada de 1,27 km2 , receita bruta projetada de R$ 32,9 milhões e com previsão de entrada em operação plena no 2º Semestre/2010.

A partir de 01 julho de 2.010, a PCH Queluz iniciou o suprimento de energia elétrica por conta dos "CCEIs - Contratos Bilaterais Particulares de Compra e Venda de Energia Elétrica Proveniente de Fontes Incentivadas"

As quantidades adquiridas para o trimestre findo em setembro de 2010, são:

Meses	Quant. Adquiridas
Julho	10,5 MW
Agosto	21,0 MW
Setembro	21,0 MW
Total	52,5 MW

O faturamento da energia dá-se no mês seguinte ao mês de suprimento considerado.
O faturamento bruto reconhecido para o trimestre findo em setembro de 2010 é de:

Meses	Faturamento R$ mil
Julho	-
Agosto	1.607
Setembro	3.181
Total	4.788

A empresa encontra-se atendendo as demandas de terceiros afetados pela entrada em operação do empreendimento e receberá a Licença de Operação assim que tais atendimentos forem realizados.

A Alupar está realizando estudos para obtenção de novas autorizações para Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs em diversos estados brasileiros.

Investimentos

Durante o terceiro trimestre de 2010 foram realizados investimentos totais da ordem de 117,0 milhões em nossas empresas, valor este aplicado principalmente na construção de nossas usinas de geração de energia elétrica, na construção de linhas de transmissão e subestações e em novos projetos de geração de energia em diversos estados brasileiros.

Além dos investimentos na construção de nossos empreendimentos pré-operacionais e dos novos projetos de geração de energia, podemos destacar, os seguintes investimentos efetuados por nossas controladas e controladas em conjunto:

- implantação/substituição de sistemas operacionais integrados em todas do Grupo, visando a renovação tecnológica e uniformização do processamento de dados;
- investimentos em recursos humanos: (i) desenvolvimento de programas de educação continuada para nossos colaboradores; (ii) incentivo à adesão ao programa de previdência privada implantada na maioria de nossas controladas;

- reestruturações administrativas e aprimoramento dos controles internos.

- Em 06/07/2010 conforme determinado pela ANEEL e ONS, foi dada de entrada em operação comercial da implantação do 2º RBNI da Empresa de Transmissão do Espírito Santo S/A – ETES, garantindo uma RAP de 3.820 milhões. Com este reforço foram implantadas as seguintes instalações na Subestação Verona: 01 Banco Transformadores monofásicos 230/138 kV, 3x50 MVA, e unidade reserva 50 MVA; 01 módulo de conexão de transformador 230 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves; 01 módulo de conexão de transformador 138 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves; 01 transformador de aterramento 138 kV – 25 MVA e 01 módulo de conexão de transformador de aterramento 138 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves.

Alupar Investimento S.A.

Relatório do Desempenho do Trimestre - Consolidado
Em 30 de setembro de 2010
(Em milhares de reais)

Desempenho Econômico

Os principais indicadores econômicos e financeiros dos trimestres findos em 30 de setembro e 30 de junho de 2010 são os seguintes:

	30.09.2010	30.06.2010
Liquidez geral	**0,25**	0,27
Liquidez corrente	**1,25**	1,36
Relação PL+ partic. acionistas não controladores/Ativo total	**0,42**	0,41
Relação exigível total/ativo total	**0,58**	0,59
Rentabilidade do PL (%) *	**3,64%**	3,02%
Margem EBITDA(%)**	**77,7%**	78,01%

(*) rentabilidade calculada no trimestre.
(**) Margem de EBITDA (LAJIDA) foi obtida pela divisão do EBITDA pela Receita Operacional Líquida.

Os índices de liquidez geral e corrente reduziram neste trimestre quando comparados ao segundo trimestre de 2010, em decorrência dos pagamentos de dividendos efetuados pela Companhia e suas controladas, em aproximadamente R$ 57,0 milhões. A rentabilidade aumentou neste trimestre em decorrência do reajuste anual das receitas das empresas de transmissão, aplicado a partir do mês de julho de 2010.

Os demais indicadores permaneceram estáveis neste trimestre.

Comportamento da receita

Nossa receita bruta aumentou em R$ 31,0 milhões ou 17,3%, atingindo R$210,0 milhões no terceiro trimestre de 2010, comparado a R$179,0 milhões no terceiro trimestre de 2009. Esse aumento deve-se basicamente ao reajuste anual da Receita Anual Permitida – RAP de nossas transmissoras controladas e controladas em conjunto e, da entrada em operação comercial das geradoras de energia elétrica Foz do Rio Claro e Ijui Energia, em fevereiro deste ano e, a PCH Queluz em julho deste ano, que contribuíram com uma receita incremental neste trimestre de aproximadamente R$ 10,0 milhões, R$ 5,5 milhões e R$ 4,8 milhões respectivamente.

O reajuste anual é apurado de acordo com o previsto no contrato de concessão de cada concessionária, o reajuste anual correspondeu a 4,18%, referente ao período apuração de junho/2009 a maio/2010, calculado com base na variação do IGP-M e foi aplicado às receitas a partir de julho/2010.

Comportamento dos custos

Os custos dos serviços prestados aumentaram em R$ 18,1 milhões ou 58,6%, atingindo R$49,0 milhões no terceiro trimestre de 2010, comparados a R$ 30,9 milhões no terceiro trimestre de 2009. Este aumento deve-se basicamente à entrada em operação comercial das geradoras de energia elétrica Foz do Rio Claro e Ijui Energia, em fevereiro deste ano, e da PCH Queluz em julho deste ano, que contribuíram com um aumento nos custos de R$ 6,3 milhões, R$ 6,7 milhões e R$ 4,0 milhões respectivamente.